MONGERAL AEGON

Construa seu amanhã

MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ Nº 33.608.308/0001-73

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A tem a satisfação de apresentar aos seus clientes, parceiros comerciais e acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Seguindo seu planejamento estratégico, a Mongeral Aegon realizou significativos investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando a contínua expansão de seus negócios e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais. Desenvolveu ainda estratégias específicas para o aumento expressivo das vendas e arrecadação, crescimento do número de corretores ativos, consolidação das parcerias comerciais existentes, criação de novas parcerias e canais de distribuição, desenvolvimento de novos produtos e fidelização de clientes.

Em 2014, a companhia intensificará seus investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando inovação, crescimento e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais.

Desempenho

Em 2013, a Mongeral Aegon apresentou desempenho expressivo, tendo atingido crescimento de 22% em vendas de coberturas de riscos, principalmente individuais. A reestruturação da Diretoria Comercial em quatro canais de distribuição (Rede, Corporativo, Previdência Privada e Previdência Pública) foi fundamental para o desempenho observado.

Atingiu ainda, crescimento de 15% das Receitas de Prêmios e Contribuições e de 23% das Provisões Técnicas líquidas de resseguro, que atingiram R$ 625 milhões e R$ 492 milhões respectivamente, demonstrando o sucesso alcançado nas estratégias de expansão e solidificação das operações da companhia.

As Despesas Administrativas cresceram 15% relativamente a 2012, em linha com o crescimento das Receitas de Prêmios e Contribuições e significativamente abaixo do crescimento das vendas de coberturas de riscos. O crescimento contido das despesas frente aos fortes investimentos em crescimento, qualidade de serviços, ampliação da rede de distribuição, infraestrutura, tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos, é resultado da forte disciplina financeira da companhia.

O Resultado Financeiro foi significativamente inferior ao observado em 2012, como consequência da elevação das taxas de juros, que impactou negativamente os ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. O Resultado Operacional cresceu 7%, impactado negativamente pelo Resultado Financeiro.

O Lucro Líquido de R$ 18,7 milhões, 3% acima observado em 2012, também sofreu os impactos negativos da elevação das taxas de juros.

Como consequência dos resultados alcançados e da contínua capitalização da companhia, que recebeu aporte de R$ 29 milhões de seus acionistas, o Patrimônio Líquido fechou o ano em R$ 190,7 milhões.

O capital total segurado pela companhia alcançou R$ 123 bilhões.

Realizações e ampliação dos segmentos de atuação

Em 2013, a Mongeral Aegon iniciou as operações de distribuição das coberturas de riscos de morte e invalidez oferecidas aos participantes dos planos de benefícios complementares da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-PREVCOM).

Realizou, ainda, a reformulação da identidade da marca Mongeral Aegon e ampliou sua atuação com os lançamentos da Mongeral Aegon Investimentos (Gestora de Ativos) e da DATA A Soluções em Previdência (Gestora de Passivos). Consolidou sua posição de empresa líder na distribuição de planos de Previdência Associativa, posição que ocupa desde a regulamentação dos fundos instituídos para categorias profissionais.

Diversificou e ampliou a integração de seus canais de atuação, consolidando sua estratégia digital com o lançamento da Loja Online, o que possibilita um processo de compra 100% virtual e disponibiliza um canal adicional de comercialização para corretores e parceiros comerciais, que terão suas lojas personalizadas. Adicionalmente, os investimentos em Marketing Direto viabilizaram opções diferenciadas de serviços para as redes comerciais.

Ainda com o objetivo de ampliar o relacionamento com seus clientes e beneficiários, a Mongeral Aegon iniciou a implementação de melhorias em sua infraestrutura de atendimento, por meio da reformulação de seus canais digitais e aquisição do sistema Avaya e Sales Force para atendimento telefônico. Além disso, para que a experiência de seus clientes seja cada vez mais positiva, construiu estratégias de relacionamento baseadas em tecnologias internacionais, como Design Thinking e Net Propomoter Scor (NPS), as quais tratam de necessidades e satisfação dos clientes.

Ampliou e amadureceu o seu portfólio de produtos, pois além de manter mais de 20 soluções em seguros e previdência para a classe média brasileira, consolidou sua linha de produtos para o público de alta renda, por meio de distribuição especializada. Adicionalmente, obteve a autorização da SUSEP para operação no ramo de microsseguro, possibilitando desenvolver soluções aos seus clientes, independentemente de sua classe social.

Em fevereiro de 2014, foi realizada a 1ª Convenção Anual de Lideranças da Mongeral Aegon, que teve como principal objetivo a reunião de 650 pessoas dentre os principais públicos de relacionamento - colaboradores, parceiros de negócios e corretores parceiros - para unificar o posicionamento e o propósito da companhia, que foi revisado ao longo do segundo semestre de 2013 e lançado no âmbito da convenção: ajudar as pessoas a assumir a responsabilidade por seu futuro financeiro.

Tecnologia da Informação

Em 2013, 80% do novo sistema integrado de negócios (Sistema e-SIM) foi colocado em produção. O sistema que suportará todas as operações atuais e futuras da Mongeral Aegon continua recebendo investimentos de recursos humanos e financeiros para a sua finalização. A previsão da Administração é que 100% do sistema esteja em produção ao final de 2014.

Governança Corporativa

Foram adotadas as medidas necessárias à prevenção e combate à fraude e à lavagem de dinheiro. Investimentos adicionais foram realizados para o fortalecimento do departamento de Compliance. Novos recursos foram investidos durante todo o ano, especificamente para fortalecimento de controles, processos e redução de riscos. Os projetos e investimentos estão sendo conduzidos com a participação direta da Aegon.

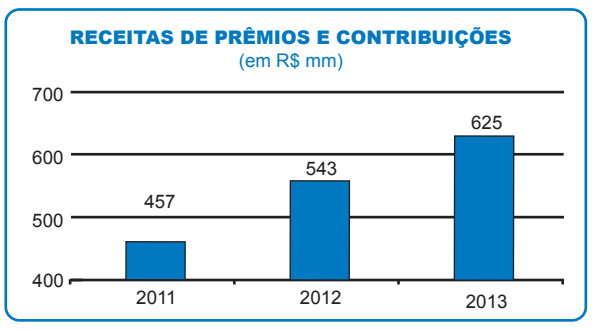
Declaração

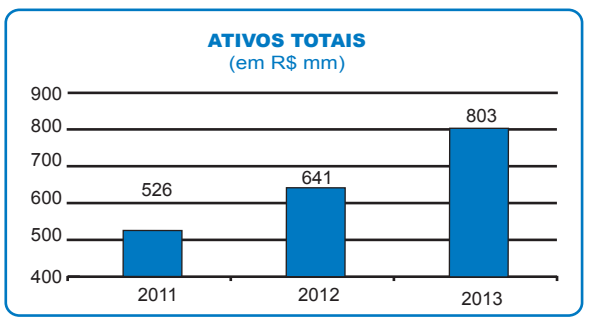
Em atendimento à Circular SUSEP n° 464 de 1 de março de 2013, a Mongeral Aegon declara sua capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

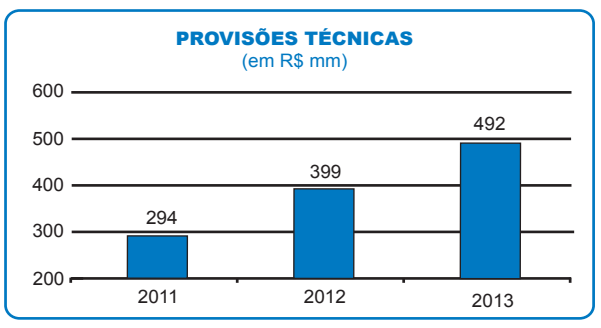
Agradecimentos

A Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A agradece aos seus funcionários, parceiros comerciais e corretores pela dedicação e desempenho, aos seus clientes pela confiança, aos seus acionistas e à SUSEP pelo apoio dispensado.

A Administração







BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2013	31/12/2012
Circulante	**419.528**	347.896
Disponível	**3.017**	758
Caixa e bancos	**3.017**	758
Aplicações (Nota 6)	**310.026**	256.562
Créditos das operações com seguros e resseguros	**28.400**	27.696
Prêmios a receber (Nota 8)	**11.540**	14.290
Operações com seguradoras	**654**	188
Operações com resseguradoras	**14.770**	11.909
Outros créditos operacionais	**1.436**	1.309
Créditos das operações com previdência complementar	**27.722**	22.831
Valores a receber (Nota 8)	**17.766**	15.633
Créditos de resseguros	**8.344**	5.427
Operações com repasses	**1.612**	1.771
Ativos de resseguro - provisões técnicas	**12.061**	11.283
Títulos e créditos a receber	**11.000**	8.293
Títulos e créditos a receber	**1.248**	1.244
Créditos tributários e previdenciários (Nota 20)	**5.577**	3.422
Outros créditos	**4.175**	3.627
Adiantamentos a funcionários	**2.776**	1.909
Adiantamentos administrativos	**543**	346
Outros	**856**	1.372
Outros valores e bens	**647**	384
Outros valores	**647**	384
Empréstimos e depósitos compulsórios	**37**	33
Despesas antecipadas	**7.289**	5.084
Custos de aquisição diferidos	**19.329**	14.972
Seguros (Nota 14)	**14.460**	10.823
Previdência (Nota 13)	**4.869**	4.149
Ativo não circulante	**383.299**	293.365
Realizável a longo prazo	**280.335**	211.825
Aplicações (Nota 6)	**206.673**	143.019
Ativos de resseguro - provisões técnicas	**5.285**	1.196
Títulos e créditos a receber	**44.177**	46.407
Créditos tributários e previdenciários (Nota 20)	**34.355**	36.647
Depósitos judiciais e fiscais	**9.822**	9.760
Empréstimos e depósitos compulsórios	**57**	42
Custos de aquisição diferidos	**24.143**	21.161
Seguros (Nota 14)	**17.174**	15.103
Previdência (Nota 13)	**6.969**	6.058
Investimentos	**17.530**	17.149
Participações societárias	**675**	294
Imóveis destinados à renda (Nota 9)	**16.855**	16.855
Imobilizado (Nota 10)	**25.143**	18.441
Imóveis de uso próprio	**8.819**	8.132
Bens móveis	**13.479**	8.155
Outras imobilizações	**2.845**	2.154
Intangível (Nota 11)	**60.291**	45.950
Ágio na transferência de carteira	**-**	1.632
Outros intangíveis	**60.291**	44.318
Total do ativo	**802.827**	641.261

PASSIVO	31/12/2013	31/12/2012
Circulante	**303.193**	239.461
Contas a pagar	**49.034**	41.765
Obrigações a pagar (Nota 12)	**20.455**	25.529
Impostos e encargos sociais a recolher	**8.045**	5.135
Encargos trabalhistas	**7.756**	6.442
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	**7.281**	4.373
Impostos e contribuições	**5.497**	286
Débitos de operações com seguros e resseguros	**28.650**	19.996
Operações com seguradoras	**922**	1.021
Operações com resseguradoras	**21.214**	12.127
Corretores de seguros e resseguros	**5.071**	5.920
Outros débitos operacionais	**1.443**	928
Débitos de operações com previdência complementar	**14.893**	14.988
Operações de resseguros	**7.527**	8.207
Operações de repasses	**1.800**	1.813
Outros débitos operacionais	**5.566**	4.968
Depósitos de terceiros	**2.573**	4.103
Depósitos de terceiros	**2.573**	4.103
Provisões técnicas - seguros (Nota 14)	**149.363**	114.251
Danos	**18.511**	17.349
Pessoas	**47.656**	38.464
Vida individual	**17.744**	15.175
Vida com cobertura por sobrevivência	**65.452**	43.263
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 13)	**58.680**	44.358
Planos bloqueados	**542**	1.032
Planos não bloqueados	**57.522**	43.113
PGBL/PRGP	**616**	213
Passivo não circulante	**308.926**	260.662
Contas a pagar	**4.601**	4.857
Obrigações a pagar	**638**	198
Tributos diferidos (Nota 20)	**672**	728
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	**3.291**	3.931
Provisão técnicas - seguros (Nota 14)	**95.844**	79.242
Danos	**15.856**	14.072
Pessoas	**20.238**	16.401
Vida individual	**26.558**	26.194
Vida com cobertura por sobrevivência	**33.192**	22.575
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 13)	**205.788**	173.308
Planos bloqueados	**152**	175
Planos não bloqueados	**121.381**	125.879
PGBL/PRGP	**84.255**	47.254
Outros débitos	**2.693**	3.255
Provisões judiciais (Nota 17)	**2.693**	3.255
Patrimônio líquido (Nota 18)	**190.708**	141.138
Capital social	**60.188**	60.188
Aumento de capital (em aprovação)	**29.000**	-
Reservas de capital	**35.815**	35.815
Reserva de reavaliação	**2.212**	2.297
Reservas de lucros	**65.213**	44.194
Ajustes com títulos e valores mobiliários	**(1.720)**	(1.356)
Total do passivo e patrimônio líquido	**802.827**	641.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação expresso em reais)

	31/12/2013	31/12/2012
Prêmios emitidos líquidos	**324.410**	274.533
Contribuições e prêmios para cobertura de riscos	**267.271**	243.470
Variação das provisões técnicas	**(16.339)**	(31.674)
Prêmios ganhos	**575.342**	486.329
Sinistros ocorridos (Nota 21)	**(196.526)**	(157.980)
Custos de aquisição (Nota 21)	**(82.093)**	(68.125)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 21)	**1.895**	1.197
Resultado com operações de resseguro (Nota 21)	**(14.725)**	(23.443)
Rendas de contribuições e prêmios	**33.076**	25.473
Constituição da provisão de benefícios a conceder	**(28.384)**	(20.130)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	**4.692**	5.343
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	**1.768**	906
Variação de outras provisões técnicas	**(2.120)**	(8.130)
Custos de aquisição (Nota 21)	**(53.419)**	(44.844)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 21)	**1.295**	5.252
Despesas administrativas (Nota 21)	**(173.206)**	(150.837)
Despesas com tributos (Nota 21)	**(19.347)**	(16.245)
Resultado financeiro (Nota 21)	**5.268**	16.307
Resultado patrimonial (Nota 21)	**(4.024)**	(3.703)
Resultado operacional	**44.800**	42.027
Ganhos com ativos não correntes	**(66)**	(103)
Resultado antes dos impostos e participações	**44.734**	41.924
Imposto de renda (Nota 20)	**(8.799)**	(8.333)
Contribuição social (Nota 20)	**(5.538)**	(5.246)
Participação sobre o resultado	**(11.747)**	(10.309)
Lucro líquido do exercício	**18.650**	18.036
Quantidade de ações	**23.547.146**	15.895.432
Lucro líquido por ação (em R$)	**0,79**	1,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	**18.650**	18.036
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes		
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	**(648)**	(1.160)
Efeito de imposto de renda	**284**	464
	(364)	(696)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes		
Realização reserva de reavaliação	**(141)**	(156)
Efeito de imposto de renda	**56**	62
	(85)	(94)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	**(449)**	(790)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**18.201**	17.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**18.650**	18.036
Ajustes para		
Depreciações e amortizações	**5.128**	2.255
Resultado de equivalência patrimonial	**(370)**	(244)
Amortizações da carteira da Icatu	**1.632**	3.917
Participação sobre lucro	**11.747**	10.309
Perda por redução de valor recuperável de ativos	**(1.757)**	(1.617)
Provisões judiciais	**(562)**	254
Outros	**-**	912
	34.468	33.822
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	**(117.482)**	(90.138)
Créditos das operações de seguros, resseguros e previdência complementar	**(3.838)**	(2.171)
Ativos de resseguros	**(4.867)**	(7.703)
Créditos fiscais e previdenciários	**12.623**	1.548
Depósito judiciais e fiscais	**(62)**	(676)
Despesas antecipadas	**(2.205)**	(3.993)
Custo de aquisição diferidos	**(7.339)**	(10.621)
Outros ativos	**(835)**	(743)
Fornecedores	**(10.782)**	(6.056)
Impostos e contribuições	**3.528**	11.804
Provisões técnicas	**98.516**	106.717
Débitos de operações com seguros, previdência e resseguros	**8.559**	(913)
Depósito de terceiros	**(1.530)**	1.258
Pagamentos de juros	**(786)**	(286)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(7.949)**	(11.278)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	19	20.571
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimentos	**(11)**	-
Aquisição de imobilizado	**(9.483)**	(3.714)
Aquisição de intangível	**(18.320)**	(16.954)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(27.814)**	(20.668)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	**29.000**	-
Pagamento de dividendos	**(2.000)**	(1.572)
Aquisição de empréstimos e financiamentos	**10.358**	1.381
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	**(7.304)**	(964)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamento	30.054	(1.155)
Aumento (redução) líquido (a) no caixa e equivalentes de caixa	2.259	(1.252)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**758**	2.010
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**3.017**	758

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONTINUAÇÃO

MONGERAL AEGON

Construa seu amanhã

MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ Nº 33.608.308/0001-73

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros	Ajuste TVM	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	60.188	-	35.815	2.391	30.348	(660)	-	128.082
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(94)	-	-	94	-
Perda não realizada nos títulos disponíveis para venda	-		-	-	-	(696)	-	(696)
Lucro líquido no exercício	-	-	-	-	-	-	18.036	18.036
Proposta para destinação do resultado								
Constituição de reservas								
Reserva legal	-	-	-	-	902	-	902	-
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	-	(4.284)	(4.284)
Retenção de lucros	-	-	-	-	12.945	-	(12.945)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	60.188	-	35.815	2.297	44.194	(1.356)	-	141.138
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(85)	-	-	85	-
Perda não realizada nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(364)	-	(364)
Aumento de capital em aprovação (Nota 18a)	-	29.000	-	-	-	-	-	29.000
Outros - reversão dividendos propostos (Nota 18c)	-	-	-	-	2.284	-	-	2.284
Lucro líquido no exercício	-	-	-	-	-	-	18.650	18.650
Proposta para destinação do resultado								
Constituição de reservas								
Reserva legal	-	-	-	-	932	-	(932)	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	17.803	-	(17.803)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	60.188	29.000	35.815	2.212	65.213	(1.720)	-	190.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. ("Mongeral" ou "Seguradora") é uma sociedade de capital fechado, com sede no Brasil e matriz domiciliada à Travessa Belas Artes, 15 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, que tem como objeto operar seguros de pessoas e planos de previdência privada em todo o território nacional. Aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sua transformação em uma seguradora de vida e previdência foi publicada no Diário Oficial da União em 7 de abril de 2004, através da Portaria do Ministério da Fazenda nº 69.

Pela Portaria nº 3.248, de 20 de maio de 2009, a SUSEP aprovou o acordo de *joint venture* entre a Mongeral e a Aegon Brasil Holding Ltda., que passou a participar em 50% do capital da Seguradora.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

a) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

b) Comparabilidade

Conforme anexo III da Circular SUSEP nº 464/13, a demonstração do fluxo de caixa, está sendo divulgada pelo método indireto, consequentemente a referida demonstração relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, divulgada pelo método direto, está sendo reapresentada para fins de comparabilidade.

c) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 464/2013 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP").

A Circular nº 464, emitida em 1 de março de 2013, dispõe sobre as alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradores locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2013, revogando a Circular SUSEP nº 430/2012.

As principais alterações das normas contábeis introduzidas por esta Circular que tiveram impactos para a Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram:

- Reversão de provisões técnicas, quais sejam, Provisão Complementar de Prêmios ("PCP"), Provisão de Contribuição Complementar ("PCC"), Provisão para Insuficiência de Contribuição ("PIC") e Provisão para Insuficiência de Prêmios ("PIP").
- Extinção da Provisão de Risco Não Expirado ("PRNE"), onde seu conceito foi unificado com a Provisão Para Prêmios Não Ganhos ("PPNG"); anteriormente a PRNE era calculada com base no prêmio puro e passa a ser calculada com base no prêmio comercial.

As alterações introduzidas pela nova Circular não impactaram significativamente as informações comparativas relativas aos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 (saldos de abertura), bem como do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, consequentemente as referidas informações financeiras comparativas não estão sendo reapresentadas de acordo com os requerimentos do CPC 23, Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Companhia em 24 de fevereiro de 2014.

d) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. A Companhia não possui ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data do fechamento do balanço.

e) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em milhares de Reais (R$) arredondados, exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de seguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros e de instrumentos financeiros derivativos, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, avaliação da obrigação por benefícios de pensão e tributos diferidos ativos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação (Nota 4).

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Disponível

Incluem caixa e saldos positivos em contas corrente.

b) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as categorias segundo CPC 38:

i) *Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.

Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros e índice IBOVESPA são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras". Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações no "mercado futuro" estão alocados em um fundo de investimento especialmente constituído, sendo os mesmos avaliados a mercado.

ii) *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação. A Seguradora tem a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento.

Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título; e são avaliados pelo seu valor de aquisição (valor justo), acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos.

iii) *Ativos disponíveis para venda*

A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados em uma das outras duas categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

iv) *Recebíveis*

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros deduzidos da Provisão de redução ao valor recuperável (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

c) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro

A Seguradora classifica como contratos de seguros todas as apólices e contratos das modalidades dos ramos de acidentes pessoais coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, acidentes pessoais individuais, DPVAT, vida individual e perda de certificado de habilitação. Os prêmios, as contribuições e os custos de aquisição diferidos são registrados quando da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos respectivos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A.

d) Ativos e passivos de resseguros

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e a longo prazo (incluindo a estimativa da parcela de sinistros ocorridos e não avisados). Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado. Atualmente, não foi verificada a necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora.

e) Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP, são constituídas de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 281, de 30 de janeiro de 2013 e Circular SUSEP nº 462 de 31 de janeiro de 2013, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA):

- *Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)*
  A provisão de prêmios não ganhos é constituída pelas parcelas de prêmios, correspondente aos períodos de riscos a decorrer, calculado pelo método "pro rata die", de acordo com as normas da SUSEP para os seguros de pessoas. A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos, mas ainda não emitidos e é calculada com base em nota técnica atuarial.
- *Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)*
  A provisão de sinistros a liquidar para seguros de pessoas corresponde à melhor estimativa da Seguradora do valor a ser pago, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação em vigor para os planos de seguros de pessoas. Nesta provisão também são contemplados os valores resultantes de demandas judiciais.
- *Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)*
  A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída conforme nota técnica atuarial, com base na experiência histórica entre as datas de ocorrência e de aviso dos sinistros, de acordo com a legislação vigente. Também devem ser considerados nesta provisão os valores estimados pela Seguradora referentes às demandas judiciais.
- *Provisões matemáticas de benefícios a conceder e de benefícios concedidos*
  As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente, por e sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).
  Representam o valor presente dos benefícios futuros, estimados com base em pressupostos atuariais e taxas de juros quando for o regime financeiro de capitalização. A provisão matemática de benefícios a conceder refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada enquanto que a provisão matemática de benefícios concedidos refere-se àqueles cuja percepção dos benefícios já foi iniciada.
  As provisões que estão vinculadas aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos (FIE's).
- *Provisão de despesas relacionadas*
  A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros.
- *Provisão de excedentes financeiros (PEF)*
  É constituída para os planos de previdência, seguros de vida individual e seguros de vida com cobertura por sobrevivência que concedem aos participantes garantia mínima de rentabilidade e crédito de parcela dos rendimentos que excedem os juros e/ou à atualização monetária garantidos nos planos, conforme estabelecido em cada contrato.
- *Provisão de resg*ates ou outros valores a regularizar (PVR)
  Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, as devoluções de contribuições ou prêmios e as portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora receptora.
  As provisões técnicas relacionadas aos seguros do ramo DPVAT são registradas com base em informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.

f) Custos de aquisição diferidos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aspectos regulatórios do setor, somente as comissões e certos custos originados de contratos são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices.

As despesas de comercialização são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 334, Anexo I, item 15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo, o prazo de diferimento dos custos de aquisição diferidos de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo.

g) Reconhecimento de sinistros, benefícios e despesas

Os sinistros decorrentes dos ramos de seguros de acidentes pessoais coletivos, vida em grupo, prestamista, seguro de vida do produtor rural, renda de eventos aleatórios, acidentes pessoais individuais, DPVAT, vida individual, Auxilio Funeral e perda de certificado de habilitação incluem todos os eventos que ocorrem durante o período, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores.

h) Imóveis destinados a renda

Os imóveis destinados à renda (propriedades para investimento) estão apresentados pelo valor reavaliado constante de laudo de avaliação em 30 de abril de 2006. A partir de 1º de janeiro de 2011, o respectivo valor justo é determinado anualmente somente para fins de divulgação.

i) Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem a escritórios de propriedade da Seguradora. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico mais reavaliação, menos depreciação acumulada, o custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A Seguradora optou por manter até sua realização, o saldo da reserva de reavaliação de imóveis existente em 1º de janeiro de 2008, conforme permitido pelo CPC 13, Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada e, como segue:

Edificações	25 anos
Equipamentos de informática e telecomunicação	5 anos
Móveis máquinas e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

O intangível refere-se: (a) gastos com desenvolvimento de sistemas cuja amortização se dará linearmente pelo prazo de dez anos; e (b) ao valor pago, em 28 de maio de 2009, conforme os termos firmados no Instrumento de Transferência de Carteiras de Produtos de Riscos Individuais e de Vida em Grupo, celebrado em 12 de agosto de 2005 com a Icatu Hartford Seguros S.A. e aditado em 20 de março de 2006, devidamente aprovados pela SUSEP, e registrado como "Ágio na Transferência de Carteira", no valor de R$15.668. O saldo foi amortizado pelo método linear em 48 meses, sendo finalizado em maio de 2013.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

j) Recuperação de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidencias objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativo financeiro, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperação do ativo são incorridos somente se há evidencia objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

k) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável. Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço.

Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios de seguros e contribuições de previdência a receber nesta categoria. A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios e contribuições a receber é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Companhia aplicados a percentuais estipulados.

Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

l) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

m) Passivos financeiros - financiamentos

Os passivos originados de financiamentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos e transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo financeiro.

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem parcela substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro.

Os bens objeto desses contratos são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo.

As obrigações decorrentes dos contratos de arrendamento financeiro são apresentadas no passivo e os encargos financeiros são apropriados ao resultado ao longo prazo das operações.

n) Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Segundo o CPC 25, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária, é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em "provável", "possível" ou "remota".

As regras de provisionamento das ações relacionadas a sinistros e benefícios para cada uma das classificações, foram desenvolvidas a partir de estudos estatísticos baseados no histórico de processos administrativos e judiciais da Companhia tendo em vista os resultados favoráveis e desfavoráveis. Esse estudo é atualizado a cada data de balanço. O resultado desse estudo indicou as seguintes perdas históricas, utilizadas no provisionamento em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Perda provável	96% do valor em risco
Perda possível	51% do valor em risco
Perda remota	8% do valor em risco

No que se refere às ações de natureza trabalhista, tributária e cível não relacionadas a sinistros e benefícios, apenas as ações com prognóstico de perda "provável" são objeto de provisionamento integral do valor em risco.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações em curso são contabilizados na rubrica "depósito judiciais e fiscais" no ativo realizável a longo prazo. Os depósitos judiciais de natureza fiscal são atualizados monetariamente com base na variação da taxa do sistema especial de liquidação e custódia (SELIC). Os depósitos de natureza cível são atualizados monetariamente com base no índice da poupança. O valor da atualização é reconhecido na demonstração do resultado do período como receita financeira.

CONTINUAÇÃO

o) Teste de adequação do passivo

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC 11, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data base. O teste deverá avaliar as obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros e planos previdenciários durante o período de vigência das apólices e término de cobertura dos contratos vigentes.

Dessa forma, deverão ser avaliadas as obrigações decorrentes dos contratos e certificados cuja vigência tenha se iniciado até a data base do teste, excluindo-se, ainda, os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT, DPEM e SFH/SH e os planos com estrutura meramente financeira, durante o prazo de diferimento, que prevejam benefícios exclusivamente sob forma de renda certa.

O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados, isto é, se o montante dos valores provisionados deduzidas das despesas de comercialização diferidas (DCD) e dos ativos intangíveis relacionais (AIR) é compatível com as estimativas correntes de fluxo de caixas futuros. Caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas.

A Seguradora elaborou metodologia que representa a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, utilizando premissas atuais, realistas e não viesadas, incluindo também as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros. Os cálculos foram realizados pela Companhia brutos de resseguro utilizando como premissa de sobrevivência e morte a tábua biométrica BR-EMS e para premissa de invalidez 70% da tábua Álvaro Vindas. Utilizou-se as estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP para descontar a valor presente as estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros. A taxa de juros contratada para os ativos está adequada com o que foi contratado para os passivos.

Os testes de adequação de passivos de 31 de dezembro de 2013 e 2012 indicaram que as provisões constituídas nestas datas-base, deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, não havendo necessidade de ajuste nas provisões da Seguradora.

p) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios a empregados participantes, estruturados nas modalidades de contribuição definida (Plano de Benefícios Mongeral) e contribuição variável (Plano de Benefícios nº 3). Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição variável aquele cujos benefícios programados apresentem a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.

Para a determinação do passivo da Entidade é adotado o método de capitalização financeira. De acordo com o disposto no CPC 33, o método adotado para determinação das obrigações a serem reconhecidas no balanço da Patrocinadora é o do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia faz contribuições para o Mongeral AEGON Fundo de Pensão, uma entidade separada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

q) Reconhecimento de receita

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que, a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão das apólices. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição diferidos são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado quando da emissão das respectivas apólices de seguro e diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice.

As contribuições para planos de previdência complementar e produtos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) são reconhecidos pelo regime de competência, que, no caso das receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, corresponde ao seu efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais, a partir de 2009, passaram a ser registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento.

Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos são calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial.

r) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações disponíveis na data. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia não possuía ações preferenciais.

4. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

a) Provisões técnicas

Seguros de vida e planos previdenciários com cobertura de risco

Para contratos de seguro dos ramos de seguros de vida e planos previdenciários com coberturas de risco, estimativas são feitas para o custo final esperado dos sinistros e eventos incorridos e a ocorrer, considerando a parcela dos riscos vigentes ou que ainda não tenham sido extintos.

No caso de sinistros e eventos já ocorridos, estima-se as parcelas de sinistros avisados e pendentes de liquidação (PSL ou PBAR) e dos Sinistros Ocorridos, Mas Ainda Não Avisados (IBNR) na data do balanço. O custo final de sinistros e eventos ocorridos é estimado utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off*, conforme definido em Nota Técnica Atuarial.

A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que experiência passada sobre sinistros e eventos da Companhia pode ser utilizada para projetar sinistros e eventos futuros e, assim, os custos finais dos sinistros. Desta forma, esses métodos extrapolam o comportamento de sinistros incorridos e avisados, custos médios por sinistro e número de sinistros com base no comportamento observado nos exercícios anteriores e índices esperados de perdas. O comportamento histórico de sinistros e eventos são analisados basicamente com base nos anos das ocorrências, podendo ser analisado em maiores detalhes por principal linha de negócio, tipo de sinistro e evento. Nenhuma premissa explícita é considerada sobre taxas futuras de inflação para sinistros e eventos ou de taxas de perdas; as premissas utilizadas são aquelas implícitas nos dados sobre comportamento histórico de sinistros e eventos nos quais as projeções se baseiam.

Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação aos sinistros e eventos, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros e eventos, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar sinistros e eventos) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros e eventos considerados possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas.

Outra estimativa utilizada refere-se ao percentual de RVNE utilizado para o complemento das Provisões de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para os planos de seguros e previdência. Este percentual é estimado considerando a relação entre a média dos prêmios não ganhos em atrasos observados e os prêmios comerciais retidos no mês de competência.

b) Custos de aquisição diferidos

Em atendimento à Circular SUSEP nº 334, anexo I, item 15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo, o prazo de diferimento dos custos de aquisição de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo.

c) Avaliação da obrigação por benefícios a empregados

Os custos relativos aos planos patrocinados do Mongeral AEGON Fundo de Pensão são determinados anualmente pela avaliação atuarial, elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios. A avaliação atuarial envolve premissas sobre taxas de juros, taxas esperadas de retorno sobre ativos, rotatividade, taxas de mortalidade e de invalidez.

d) Provisão para recuperação de ativos de seguros, cosseguros e resseguros

Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cosseguros e resseguros. Em 31 de dezembro de 2013 não houve indícios que os valores a receber não seriam recuperados.

e) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

g) Impostos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

h) Provisões para contingências

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos, envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Seguradora revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro

a) Gestão de risco de seguro

O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é o de que sinistros e pagamentos efetivos de benefícios a sua época não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, gravidade dos sinistros, benefícios efetivamente pagos e histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos.

A exposição de risco acima é reduzida por meio de diversificação em uma carteira de contratos de seguros, por meio de seleção criteriosa e implementação de diretrizes sobre a estratégia de subscrição, bem como o uso de contratos de resseguro firmados junto ao ressegurador local IRB-Brasil Re S.A. e aos resseguradores admitidos Scor Global Life Americas e Hannover Rueckvericherung Ag.

A Companhia adquire resseguro somente com resseguradores locais e admitidos, solventes, comprovadamente, através das agências de classificação de risco listadas pela SUSEP e ainda atendendo ao índice mínimo de risco requerido em conformidade com as leis do país como parte do seu programa de redução de riscos. Atualmente possui cobertura de resseguro para todas as coberturas de sua carteira, cada qual com sua particularidade/regra de acordo com a necessidade (coberturas em que não possui relativa experiência) e/ou linha de negócio. O Resseguro cedido é colocado em bases proporcionais e não proporcionais. Valores a recuperar junto as resseguradoras estão provisionados em linha com a provisão de sinistros a liquidar, e de acordo com os contratos de resseguro vigentes à época de cada evento. Apesar da Companhia apresentar contratos de resseguro, não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores de apólices, existindo assim uma exposição de crédito em relação ao risco cedido, na extensão em que cada resseguradora não possa satisfazer suas obrigações assumidas por força dos contratos de resseguro. Dos riscos cedidos em Resseguro, 97% destinam-se ao Ressegurador Local e os demais distribuídos entre os Resseguradores Admitidos.

Entre os produtos de seguros e previdência atualmente comercializados, destacam-se os produtos de risco da linha "Vida Toda" temporários de 5 a 20 anos, produtos com cobertura vitalícia, estruturados nos regimes financeiros de capitalização, repartição simples e de capitais de cobertura, pagos de forma única e sob a forma de renda.

Existem ainda produtos voltados para a terceira idade e para policiais com taxas ajustadas aos perfis de risco, coberturas para funeral e serviços diversos.

Para a gestão dos riscos de seguros, a Mongeral AEGON revisa suas políticas de subscrição pelo menos uma vez ao ano. Em geral, elas são divididas em políticas de riscos individuais, riscos coletivos e produtos instituídos, havendo desdobramentos especiais para parcerias estratégicas. As políticas são elaboradas e revistas pela Superintendência Técnica através do acompanhamento sistemático do resultado dos produtos, nichos e carteiras.

Há limites diferenciados de capital segurado por ramo, idade e profissão. Estes documentos são aprovados pela diretoria executiva e pela Presidência da Seguradora.

Visando a melhor diversificação possível, a seguradora tem aumentado sua opção de produtos e coberturas, a fim de explorar novos nichos e aumentar sua competitividade e penetração em todo o território nacional, com destaque para as UF's do RJ, SP e MG, que juntas, foram responsáveis por 57% da concentração total do prêmio emitido no ano base.

A concentração de riscos é monitorada por relatórios gerenciais, observado o desempenho, baseado nos riscos vendidos por linha de negócios, viabilizando ações corretivas, quando aplicáveis.

Os principais ramos em que a Seguradora opera, seus indicadores de desempenho e concentração são:

	31/12/2013				
				Concentração risco	
Tipo	Prêmio ganho	Sinistralidade	Comissionamento	Bruta	Liq. resseguro
Acidentes pessoais coletivos	35.181	19%	21%	35.289	34.415
Vida em grupo	41.338	60%	21%	43.956	41.355
Prestamista	16.538	39%	21%	24.748	24.741
Renda de eventos aleatórios	38.621	34%	21%	51.141	37.746
Acidentes pessoais individuais	10.079	26%	21%	11.067	9.936
DPVAT	33.873	87%	1%	33.873	33.873
Vida individual	100.193	18%	21%	101.251	92.726
Perda de certificado de habilitação de vôo	1.600	31%	21%	1.879	1.557
Auxilio funeral	8.197	35%	21%	8.583	8.583
Doenças graves ou doença terminal	925	14%	21%	1.098	903
Seguro de vida produtor rural	87	0%	21%	103	103
Total	286.632			312.988	285.938

	31/12/2012				
				Concentração risco	
Tipo	Prêmio ganho	Sinistralidade	Comissionamento	Bruta	Liq. resseguro
Acidentes pessoais coletivos	27.839	20%	24%	28.720	27.987
Acidentes pessoais individuais	8.298	17%	24%	9.327	8.363
Auxilio funeral	4.863	13%	24%	5.110	5.100
DPVAT	31.578	87%	1%	31.578	31.578
Prestamista	7.193	10%	24%	23.344	23.339
Habitacional	1.323	58%	24%	1.303	1.302
Renda de eventos aleatórios	25.674	31%	24%	36.686	26.054
Vida em grupo	39.769	46%	24%	42.754	40.443
Vida individual	65.442	23%	24%	82.138	75.043
Perda de certificado de habilitação de voo	1.330	17%	24%	1.605	1.343
Dotal misto	10.119	-	24%	11.728	11.631
Doenças graves ou doença terminal	343	15%	24%	485	375
Total	223.771			274.778	252.558

O índice de comissionamento foi calculado a partir do % médio praticado nos estudos de viabilidade econômica (*pricing*), que se baseia no comissionamento real pago pela Seguradora.

Com relação a alguns riscos corridos pela Seguradora, há o risco de conversibilidade. Apesar da experiência de baixa conversibilidade em renda acompanhar a média do mercado, é possível que num médio prazo esta taxa possa aumentar. A Seguradora qualifica este risco como muito baixo, tendo em vista a carteira de produtos existente. Espera-se o mesmo impacto com relação à taxa de juros, tendo em vista o nível estimado para o longo prazo para cada um dos indexadores financeiros e a utilização de percentuais mais baixos já adotados por esta seguradora em seus produtos.

A expectativa de aumento da longevidade é fato indiscutível no mundo inteiro. Por isto, a Mongeral AEGON acompanha o movimento mundial incrementando também a sua expectativa de longevidade, diminuindo assim sua exposição a este risco. A inflação é um risco bastante mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Acompanham-se sistematicamente os impactos gerados nos excedentes financeiros dos contratos de seguros. Porém, como poucos são os planos que o preveem e dado o baixo nível de conversibilidade, este é considerado como de baixo impacto.

Testes de sensibilidade

A Seguradora efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto de uma mudança possível e razoável nas seguintes variáveis: sinistralidade, taxas de juros, índice de conversibilidade, mortalidade, sobrevivência e inflação. Estas variáveis são as mesmas requisitadas através da Circular SUSEP nº 464/2013.

A variável inflação não tem impacto nestes indicadores uma vez que é um risco mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Desta maneira, um choque na inflação tem o mesmo impacto tanto no passivo quanto no ativo.

A variável do índice de conversibilidade também não gera impacto, uma vez que utilizamos atualmente a premissa de 100% na apuração de nossas provisões.

O impacto da sinistralidade foi testado através do aumento e da redução de 3,5% e 5%, para seguros e previdência respectivamente, sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido conforme tabela abaixo:

		Efeito no resultado/patrimônio líquido (por mil)		
Variáveis	Premissas	Bruto de resseguro	% resultado	% PL
Sinistralidade	Aumento de 3,5%	(2.010)	(10,78)	(1,05)
Sinistralidade	Redução de 3,5%	2.010	10,78	1,05

		Efeito no resultado/patrimônio líquido (por mil)		
Variáveis	Premissas	Líquido de resseguro	% resultado	% PL
Sinistralidade	Aumento de 5%	(3.203)	(17,17)	(1,68)
Sinistralidade	Redução de 5%	3.203	17,17	1,68

Testamos a sensibilidade desta possível provisão à redução e ao aumento de 20% de taxa de juros e de 10% de mortalidade e sobrevivência. Os fluxos de caixa projetados conforme estes cenários hipotéticos, demonstraram suficiência das provisões da Seguradora, logo também não influenciaram o resultado e o patrimônio líquido deste exercício.

b) Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes de eventual não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, nos termos pactuados, ou de deterioração de suas condições creditórias (*ratings*).

• *Controle do risco de crédito por meio da política de investimentos*

Com o objetivo de administrar a exposição da Mongeral AEGON ao risco de crédito, possuímos uma política de investimentos onde priorizamos os investimentos em títulos públicos federais e um percentual reduzido em títulos de crédito com boa classificação de risco pelas maiores agências de classificação de risco.

O cumprimento da referida política é acompanhada pelo departamento de Investimentos, que está subordinado à diretoria financeira da Mongeral AEGON.

Nossa gestão de riscos de crédito é determinada segundo avaliações econômico-financeiras e regulamentares, sendo os recursos de caixa da Companhia e ativos financeiros investidos (ou reinvestidos) somente em contrapartes com alta qualidade de *rating* de crédito.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, com exceção dos títulos públicos federais e fundos de investimentos não exclusivos, distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*:

Títulos privados	Rating	Agência	31/12/2013	31/12/2012
CBB Bradesco	AAA	Fitch Ratings	930	-
CDB Votorantim	AA+	Fitch Ratings	-	1.008
CDB BBM	BA1	Moody's	-	1.028
CDB Daycoval	AA-	Fitch Ratings	-	1.000
LF Santander	AAA	Fitch Ratings	-	2.053
LF Itaú	AAA	Fitch Ratings	-	1.107
RDB Unicred	B3	LF Ratings	10.522	500
DPGE BMG	BBB	Fitch Ratings	-	5.629
Debênture Telemar	AAA	Fitch Ratings	-	2.947
Debênture BRASILTELECON	AAA	Moody's	-	1.827
Debênture CEMIG	AA1	Moody's	-	294
Debênture Vale	AAA	Fitch Ratings	-	252
Debênture BNDES	BAA2	Moody's	686	2.378
Total			12.138	20.023

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Aliada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis.

A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus investimentos priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa. Para efeitos de demonstração do risco de liquidez da Companhia excluímos os valores referentes ao DPVAT.

	Seguros 31/12/2013		
Ativo	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Caixa e bancos	1.338	-	1.338
Aplicações	122.272	91.677	213.949
Créditos das operações com seguros e resseguros	28.400	-	28.400
Ativos de resseguros - provisões técnicas	7.759	2.387	10.146
Títulos e créditos a receber	4.880	19.596	24.476
Despesa antecipada	3.233	-	3.233
Custo de aquisição diferidos	14.460	17.174	31.634
Outros ativos	287	-	287
Total ativo	182.629	130.834	313.463
Passivo			
Contas a pagar	21.751	2.040	23.791
Provisões técnicas - seguros	130.852	79.988	210.840
Débitos das operações com seguros	28.650	-	28.650
Depósitos de terceiros	1.543	-	1.543
Total passivo	182.796	82.028	264.824

	Previdência 31/12/2013		
Ativo	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Caixa e bancos	1.679	-	1.679
Aplicações	153.372	114.996	268.368
Créditos das operações com previdência complementar	27.722	-	27.722
Ativos de resseguros - provisões técnicas	4.302	2.898	7.200
Títulos e créditos a receber	6.121	24.580	30.701
Despesa antecipada	4.056	-	4.056
Custo de aquisição diferidos	4.869	6.970	11.839
Outros ativos	360	-	360
Total ativo	202.481	149.444	351.925
Passivo			
Contas a pagar	27.283	2.560	29.843
Provisões técnicas - previdência	58.680	205.788	264.468
Débitos das operações com previdência	14.893	-	14.893
Depósitos de terceiros	1.030	-	1.030
Total passivo	101.886	208.348	310.234

	Seguros 31/12/2012		
Ativo	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Caixa e bancos	324	-	324
Aplicações	82.671	61.041	143.712
Créditos das operações com seguros e resseguros	27.696	-	27.696
Ativos de resseguros - provisões técnicas	6.151	618	6.769
Títulos e créditos a receber	3.539	19.807	23.346
Despesa antecipada	2.170	-	2.170
Custo de aquisição diferidos	10.823	15.103	25.926
Outros ativos	178	18	196
Total ativo	133.552	96.587	230.139
Passivo			
Provisões técnicas - seguros	96.902	65.170	162.072
Contas a pagar	31.097	2.784	33.881
Débitos das operações com seguros	19.997	-	19.997
Depósitos de terceiros	1.291	53	1.344
Total passivo	149.287	68.007	217.294

CONTINUAÇÃO

	Previdência 31/12/2012		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e bancos	434	-	434
Aplicações	111.029	81.978	193.007
Créditos das operações com seguros e resseguros	22.831	-	22.831
Ativos de resseguros - provisões técnicas	5.132	578	5.710
Títulos e créditos a receber	4.754	26.600	31.354
Despesa antecipada	2.914	-	2.914
Custo de aquisição diferidos	4.149	6.058	10.207
Outros ativos	239	24	263
Total ativo	151.482	115.238	266.720

	Previdência 31/12/2012		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Passivo			
Contas a pagar	23.154	2.073	25.227
Provisões técnicas - previdência	44.358	173.307	217.665
Débitos das operações com seguros	14.988	-	14.988
Depósitos de terceiros	1.209	1.328	2.537
Total passivo	83.709	176.708	260.417

6. Ativos financeiros

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

31 de dezembro de 2013

	Sem vencimento	Até 1 mês	De 2 a 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos para negociação	**207.637**	**3.286**	**13.243**	**2.945**	**23.724**	**16.381**	**267.216**	**267.216**
Títulos de renda fixa - privados								
Certificados de depósitos bancários	**-**	**930**	**-**	**-**	**-**	**-**	**930**	**930**
Recibo de depósitos bancários	**-**	**511**	**10.011**	**-**	**-**	**-**	**10.522**	**10.522**
Debêntures	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**686**	**686**	**686**
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	**43.169**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**43.169**	**43.169**
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa - DPVAT	**34.382**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**34.382**	**34.382**
Quotas de fundos de investimentos multimercado	**15.374**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**15.374**	**15.374**
Fundos especialmente constituídos								
Letras financeiras do tesouro	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.880**	**100**	**4.980**	**4.980**
Letras do tesouro nacional	**-**	**-**	**-**	**597**	**6.791**	**-**	**7.387**	**7.387**
Notas do tesouro nacional série B	**-**	**-**	**1.949**	**727**	**1.966**	**9.620**	**14.262**	**14.262**
Notas do tesouro nacional serie C	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.433**	**-**	**9.433**	**9.433**
Cotas de fundos de investimento	**110.428**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**110.428**	**110.428**
Operação compromissada	**-**	**1.625**	**-**	**-**	**-**	**5.119**	**6.744**	**6.744**
Outros	**4.197**	**220**	**1.283**	**1.621**	**655**	**856**	**8.832**	**8.832**
Outras aplicações	**87**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**87**	**87**
Títulos disponíveis para venda	**1.424**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.424**	**1.424**
Ações de companhias de capital aberto	**1.424**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.424**	**1.424**
Títulos mantidos até o vencimento	**-**	**19.994**	**21.392**	**12.440**	**11.839**	**182.394**	**248.059**	**256.749**
Fundos especialmente constituídos								
Letras do Tesouro Nacional	**-**	**19.994**	**19.442**	**11.955**	**-**	**-**	**51.391**	**51.298**
Notas do tesouro nacional série B	**-**	**-**	**1.950**	**485**	**10.296**	**83.957**	**96.688**	**95.217**
Notas do tesouro nacional serie C	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.543**	**98.437**	**99.980**	**110.234**
Total geral	**209.061**	**23.280**	**34.635**	**15.385**	**35.563**	**198.775**	**516.699**	**525.389**

31 de dezembro de 2012

	Sem vencimento	Até 1 mês	De 2 a 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos para negociação	193.174	-	12.299	2.053	22.789	24.842	255.157	255.157
Títulos de renda fixa - privados								
Certificados de depósitos bancários	-	-	3.036	-	-	-	3.036	3.036
Recibo de depósitos bancários	-	-	500	-	-	-	500	500
Debêntures	-	-	252	-	-	7.446	7.698	7.698
Depósitos a prazo com garantia especial	-	-	5.629	-	-	-	5.629	5.629
Letras financeiras	-	-	1.107	2.053	-	-	3.160	3.160
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	21.206	-	-	-	-	-	21.206	21.206
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa - DPVAT	31.431	-	-	-	-	-	31.431	31.431
Quotas de fundos de investimentos multimercado	35.956	-	-	-	-	-	35.956	35.956
Fundos especialmente constituídos								
Letras financeiras do tesouro	-	-	1.253	-	599	11.754	13.606	13.606
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	8.779	-	8.779	8.779
Notas do tesouro nacional série B	-	-	-	-	3.679	5.289	8.968	8.968
Notas do tesouro nacional serie C	-	-	-	-	9.732	-	9.732	9.732
Cotas de fundos de investimento	69.800	-	-	-	-	-	69.800	69.800
Operação compromissada	31.661	-	-	-	-	-	31.661	31.661
Outros	2.819	-	522	-	-	353	3.694	3.694
Outras aplicações	301	-	-	-	-	-	301	301
Títulos disponíveis para venda	1.405	-	-	-	-	-	1.405	1.405
Títulos de renda variável								
Ações de companhias de capital aberto	1.405	-	-	-	-	-	1.405	1.405
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	8.883	2.521	131.615	143.019	192.462
Fundos especialmente constituídos								
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	8.883	2.521	-	11.404	11.521
Notas do Tesouro Nacional série B	-	-	-	-	-	43.306	43.306	55.460
Notas do Tesouro Nacional serie C	-	-	-	-	-	88.309	88.309	125.481
Total geral	194.579	-	12.299	10.936	25.310	156.457	399.581	449.024

O valor de Mercado das quotas de Fundos de Investimento Financeiro foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. O valor de mercado dos títulos de renda variável foi obtido a partir do preço divulgado pela Bovespa.

Os títulos públicos federais, classificados como mantidos até o vencimento, foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos. Para fins de divulgação apresentamos o valor de mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

b) Movimentação das aplicações

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldo em 31/12/2011	186.587	2.565	120.988	310.140
Aplicação	400.059	-	13.597	413.656
Resgate	(363.316)	-	-	(363.316)
Rentabilidade	31.827	(1.160)	8.434	39.101
Saldo em 31/12/2012	255.157	1.405	143.019	399.581
Aplicação	**302.164**	**667**	**94.117**	**396.948**
Resgate	**(308.289)**	**-**	**-**	**(308.289)**
Rentabilidade	**18.184**	**(648)**	**10.923**	**28.459**
Saldo em 31/12/2013	**267.216**	**1.424**	**248.059**	**516.699**

c) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Seguradora possuía em seus fundos de investimento exclusivos, contratos futuros de depósito interfinanceiro (DI).

Os valores dos ajustes diários são contabilizados diariamente dentro do fundo de investimento especialmente constituído. A posição em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

						Valor Total		
Futuro	**Posição**	**Referência**	**Vencimento**	**Quantidade**	**Valor de referência**	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**Objetivo**
DI	Vendido	Depósito Interfinanceiro	02/01/2015	-	R$ 100	**-**	5.166	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	01/05/2015	-	R$ 100	**-**	3.372	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	04/01/2016	5	R$ 100	**401**	395	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2017	203	R$ 100	**14.341**	2.530	*Hedge*
DI	Vendido	Depósito interfinanceiro	02/01/2017	-	R$ 100	**-**	289	*Hedge*
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	04/01/2021	145	R$ 100	**6.152**	-	Hedge

A utilização de instrumentos derivativos, conforme prevê a legislação vigente, busca efetuar o *hedge* da carteira da Seguradora. No caso dos contratos futuros de DI, a Seguradora busca minimizar os efeitos da variação da taxa de juros. Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as cotas dos fundos da Seguradora. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia daquela instituição.

Em relação ao controle dos riscos, os mesmos são calculados diariamente através de métricas amplamente conhecidas e divulgadas no mercado (V@R, Tracking Error e Testes de *stress*), estabelecidas em mandatos de gestão e utilizando-se de ferramentas do The Bank of New York Mellon.

d) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31/12/2013			31/12/2012		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos para negociação	**46.833**	**220.383**	**267.216**	79.901	175.256	255.157
Títulos de renda fixa - privados						
Certificados de depósitos bancários	**-**	**930**	**930**	-	3.036	3.036
Recibo de depósitos bancários	**-**	**10.522**	**10.522**	-	500	500
Debêntures	**-**	**686**	**686**	-	7.698	7.698
Depósitos a prazo com garantia especial	**-**	**-**	**-**	-	5.629	5.629
Letras financeiras	**-**	**-**	**-**	3.160	-	3.160
Fundos de investimento	**-**	**-**	**-**			
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa - DPVAT	**-**	**34.382**	**34.382**	-	31.431	31.431
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	**-**	**43.169**	**43.169**	-	21.206	21.206
Quotas de fundos de investimentos multimercado	**-**	**15.374**	**15.374**	-	35.956	35.956
Fundos especialmente constituídos						
Letras financeiras do tesouro	**4.980**	**-**	**4.980**	13.606	-	13.606
Letras do tesouro nacional	**7.387**	**-**	**7.387**	8.779	-	8.779
Notas do tesouro nacional série - B	**14.262**	**-**	**14.262**	8.968	-	8.968
Notas do tesouro nacional série - C	**9.433**	**-**	**9.433**	9.732	-	9.732
Cotas de fundos de investimento	**-**	**110.428**	**110.428**	-	69.800	69.800
Outros	**3.940**	**4.892**	**8.832**	3.027	667	3.694
Operação compromissada	**6.744**	**-**	**6.744**	31.661	-	31.661
Outras aplicações	**87**	**-**	**87**	301	-	301
Títulos disponíveis para venda	**1.424**	**-**	**1.424**	1.405	-	1.405
Ações de companhias de capital aberto	**1.424**	**-**	**1.424**	1.405	-	1.405
Títulos mantidos até o vencimento	**248.059**	**-**	**248.059**	143.019	-	143.019
Fundos especialmente constituídos						
Letras do Tesouro Nacional	**51.391**	**-**	**51.391**	11.404	-	11.404
Notas do Tesouro Nacional série B	**96.688**	**-**	**96.688**	43.306	-	43.306
Notas do Tesouro Nacional série C	**99.980**	**-**	**99.980**	88.309	-	88.309
	301.028	**215.491**	**516.699**	224.325	175.256	399.581

7. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN através da Resolução nº 3.308 de 31 de março de 2006 e a SUSEP através da Resolução CNSP nº 226 de 6 de dezembro de 2010, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. A Seguradora apresenta as seguintes coberturas:

	31/12/2013	31/12/2012
Provisões técnicas - seguros e previdência	**509.675**	411.159
Exclusões		
Provisões técnicas - resseguros	**(17.346)**	(12.479)
Direitos creditórios	**(19.697)**	(16.911)
Provisões técnicas – PGBL e VGBL	**(145.378)**	(85.275)
DPVAT	**(34.368)**	(31.420)
Outras	**(2.934)**	(2.045)
Total das exclusões	**(219.723)**	(148.130)
Provisões técnicas para cobertura	**289.951**	263.029
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas		
Quotas de fundos de investimento	**58.493**	57.085
Quotas de fundos especialmente constituídos	**264.747**	203.869
Imóveis	**6.739**	6.295
Certificados de depósitos bancários	**-**	3.036
Recibo de depósitos bancários	**10.011**	500
Depósitos a prazo com garantia especial	**-**	5.459
Letras financeiras	**-**	3.160
Debêntures	**686**	6.766
Ações de companhias de capital aberto	**1.424**	1.415
	342.100	287.585
Suficiência	**52.149**	24.556

A custódia destes títulos e valores mobiliários é exercida pela SELIC, pela CETIP ou por instituições financeiras credenciadas.

8. Crédito das operações com seguros e previdência complementar

a) Prêmios a receber de segurados

Composição dos créditos das operações com seguros	31/12/2013	31/12/2012
Prêmios a receber de segurados - emitidos	**12.322**	13.819
Prêmios a receber de segurados - emitidos cosseguro	**1.409**	1.944
Prêmios a receber de segurados - não emitidos	**830**	3.346
Total	**14.561**	19.109
Redução ao valor recuperável		
Prêmios a receber de segurados	**(3.021)**	(4.819)
Total	**11.540**	14.290

	31/12/2013	31/12/2012
Aging de prêmios a receber de segurados - emitidos		
A vencer	**5.316**	4.881
De 1 a 30 dias	**5.316**	4.873
Superior a 61 dias	**-**	8
Vencidos	**7.006**	8.938
De 1 a 30 dias	**3.473**	3.315
De 31 a 60 dias	**1.224**	1.093
De 61 a 365 dias	**2.013**	3.428
Superior a 365 dias	**296**	1.102
Prêmios pendentes no final do exercício	**12.322**	13.819

A movimentação no período da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de prêmios a receber de segurados, está apresentada a seguir:

	31/12/2013
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**(4.819)**
Constituições	**(5.639)**
Valores revertidos ou baixados	**7.437**
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(3.021)**

	31/12/2012
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(4.845)
Constituições	(7.547)
Valores revertidos ou baixados	7.573
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(4.819)

b) Valores a receber previdência complementar

	31/12/2013	31/12/2012
Composição dos créditos das operações com previdência complementar		
Valores a receber	**21.213**	19.039
(-) Redução ao valor recuperável	**(3.447)**	(3.406)
Total	**17.766**	15.633

	31/12/2013	31/12/2012
Aging de valores a receber		
A vencer	**15.718**	13.634
De 1 a 30 dias	**15.389**	13.363
De 31 a 60 dias	**327**	265
De 61 a 90 dias	**2**	6
Vencidos	**5.495**	5.405
De 1 a 30 dias	**1.190**	1.324
De 31 a 60 dias	**1.647**	1.278
De 61 a 365 dias	**2.657**	2.217
Superior a 365 dias	**1**	586
Prêmios pendentes no final do exercício	**21.213**	19.039

A movimentação no período da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de valores a receber de previdência complementar, está apresentada a seguir:

	31/12/2013
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**(3.406)**
Constituições	**(8.614)**
Valores revertidos ou baixados	**8.573**
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(3.447)**

	31/12/2012
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(4.997)
Constituições	(7.844)
Valores revertidos ou baixados	9.435
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(3.406)

9. Imóveis destinados à renda

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o imóvel da Companhia destinado à renda está apresentado a seguir:

	Custo	Reavaliação	Total	Valor de Mercado
Terrenos destinados à renda				
Residencial Farol de Santa Marta....	**16.591**	**264**	**16.855**	**23.381**
Total	**16.591**	**264**	**16.855**	**23.381**

Os valores de mercado dos imóveis destinados à renda (propriedades para investimento) são determinados anualmente somente para fins de divulgação conforme requerido pelo CPC 28.

CONTINUAÇÃO

10. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2012	Aquisições	Depreciações	31/12/2013
Terreno para uso próprio	-	777	-	-	777
Edificações	4%	7.355	1.102	(415)	8.042
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	3.404	5.516	(1.321)	7.599
Móveis, máquinas e utensílios	10%	4.751	1.875	(746)	5.880
Outras imobilizações	10%	2.154	990	(299)	2.845
Total		18.441	9.483	(2.781)	25.143

	Taxa anual de depreciação	31/12/2011	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciações	31/12/2012
Terreno pra uso próprio	-	837	41	(101)	-	-	777
Edificações	4%	6.880	958	-	-	(483)	7.355
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	3.960	882	(236)	(564)	(638)	3.404
Móveis, máquinas e utensílios	10%	3.158	1.533	(153)	564	(351)	4.751
Outras imobilizações	10%	1.371	790	-	-	(7)	2.154
Total		16.206	4.204	(490)	-	(1.479)	18.441

11. Intangível

	31/12/2012	Adições	Amortizações	31/12/2013
Ágio (1)	1.632	-	(1.632)	-
Desenvolvimento de *software* (2)	44.267	18.320	(2.347)	60.240
Marcas e patentes	51	-	-	51
Total	45.950	18.320	(3.979)	60.291

	31/12/2011	Adições	Amortizações	31/12/2012
Ágio (1)	5.549	-	(3.917)	1.632
Desenvolvimento de *software* (2)	28.096	16.947	(776)	44.267
Marcas e patentes	44	7	-	51
Total	33.689	16.954	(4.693)	45.950

(1) Refere-se a ágio na aquisição de carteira conforme descrito na Nota 3.j., que vem sendo amortizado pelo prazo estimado de permanência dos segurados na carteira, atualmente 48 meses, sendo totalmente amortizado em maio de 2013.
(2) Em maio de 2012 os módulos de Empréstimos, Cosseguro e Resseguro, Sinistros e Vida em Grupo do novo sistema entraram em funcionamento e assim tiveram sua amortização iniciada a partir do referido mês, sendo efetuada pela vida útil estimada de 20 anos. Em 2013, apenas o módulo de comissões entrou em operação.

12. Obrigações a pagar

	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores	3.416	4.937
Dividendos a pagar	-	4.284
Participação nos lucros a pagar	11.640	11.223
Outras obrigações a pagar	5.399	5.085
Total	20.455	25.529

13. Passivos de contratos de seguros e custos de aquisição diferidos - previdência complementar

a) Demonstração da movimentação das provisões técnicas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Circulante	Saldos em 31/12/2012	Constituições	Reversões/ baixas	Encargos financeiros	Saldos em 31/12/2013
Provisão de benefícios a regularizar	21.407	573.049	(579.673)	8.604	23.387
Provisão de eventos ocorridos, mas não avisados	15.581	3.259	(1.258)	-	17.582
Provisão de resgates ou valores a regularizar	5.938	16.287	(18.166)	79	4.138
Provisão de despesas administrativas	659	977	(514)	-	1.122
Outras provisões	773	803	(1.576)	-	-
Provisão de prêmios não ganhos	-	14.132	(1.681)	-	12.451
Total	44.358	608.507	(602.868)	8.683	58.680

Não Circulante	Saldos em 31/12/2012	Constituições	Reversões/ baixas	Encargos financeiros	Saldos em 31/12/2013
Provisão matemática de benefícios concedidos	71.169	133.973	(127.137)	-	78.005
Provisão matemática de benefícios a conceder	88.713	101.941	(68.716)	5.790	127.728
Provisão de insuficiência de contribuição	5.588	12	(5.600)	-	-
Provisão de excedente financeiro	73	5	(30)	-	48
Provisão de riscos não expirados	7.759	5.547	(13.306)	-	-
Outras provisões	6	5.564	(5.563)	-	7
Total	173.308	247.042	(220.352)	5.790	205.788

a) Demonstração da movimentação das provisões técnicas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Circulante	Saldos em 31/12/2011	Constituições	Reversões/ baixas	Encargos financeiros	Saldos em 31/12/2012
Provisão de benefícios a regularizar	19.901	194.843	(201.528)	8.191	21.407
Provisão de eventos ocorridos, mas não avisados	11.087	5.509	(1.015)	-	15.581
Provisão de resgates ou valores a regularizar	5.819	12.035	(12.032)	116	5.938
Provisão de despesas administrativas	430	1.125	(896)	-	659
Outras provisões	-	1.844	(1.071)	-	773
Total	37.237	215.356	(216.542)	8.307	44.358

Não Circulante	Saldos em 31/12/2011	Constituições	Reversões/ baixas	Encargos financeiros	Saldos em 31/12/2012
Provisão matemática de benefícios concedidos	59.163	321.529	(309.523)	-	71.169
Provisão matemática de benefícios a conceder	63.945	72.318	(54.844)	7.294	88.713
Provisão de insuficiência de contribuição	5.511	3.661	(3.584)	-	5.588
Provisão de excedente financeiro	69	185	(181)	-	73
Provisão de riscos não expirados	7.581	1.955	(1.777)	-	7.759
Outras provisões	5	973	(972)	-	6
Total	136.274	400.621	(370.881)	7.294	173.308

b) Demonstração da movimentação dos custos de aquisição diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

	31/12/2012	Constituição	Amortização	31/12/2013
Curto prazo	4.149	5.813	(5.093)	4.869
Longo prazo	6.058	5.048	(4.137)	6.969

	31/12/2011	Constituição	Amortização	31/12/2012
Curto prazo	4.540	4.881	(5.272)	4.149
Longo prazo	5.206	4.299	(3.447)	6.058

14. Provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos - seguros

a) Demonstração da composição das provisões técnicas por ramo

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Acidentes pessoais coletivos						
Provisões de prêmios não ganhos	924	734	35	25	889	709
Sinistros a liquidar	5.050	3.810	612	456	4.438	3.354
Sinistros ocorridos e não avisados	4.042	3.148	477	270	3.565	2.878
Provisão de despesas relacionadas	33	-	-	-	33	-
Provisão complementar de prêmios	-	840	-	7	-	833
	10.049	8.532	1.124	758	8.925	7.774
Vida em grupo						
Provisões de prêmios não ganhos	2.659	1.640	85	53	2.574	1.587
Sinistros a liquidar	9.864	7.398	10	42	9.854	7.356
Sinistros ocorridos e não avisados	4.537	4.290	535	368	4.002	3.922
Provisão de despesas relacionadas	92	-	-	-	92	-
Provisão complementar de prêmios	-	960	-	23	-	937
	17.152	14.288	630	486	16.522	13.802
DPVAT						
Sinistros a liquidar	18.768	16.367	-	-	18.768	16.367
Sinistros ocorridos e não avisados	15.446	14.632	-	-	15.446	14.632
Provisão de despesas relacionadas	153	421	-	-	153	421
	34.367	31.420	-	-	34.367	31.420
Renda de eventos aleatórios						
Provisões de prêmios não ganhos	2.523	1.837	643	480	1.880	1.357
Sinistros a liquidar	3.809	2.906	1.834	1.427	1.975	1.479
Sinistros ocorridos e não avisados	5.093	3.557	601	305	4.492	3.252
Provisão de despesas relacionadas	73	-	-	-	73	-
Provisão complementar de prêmios	-	189	-	49	-	140
	11.498	8.489	3.078	2.261	8.420	6.228
Perda certificado de habilitação de voo						
Provisões de prêmios não ganhos	61	57	11	9	50	48
Sinistros a liquidar	193	153	110	98	83	55
Sinistros ocorridos e não avisados	186	152	22	13	164	139
Provisão complementar de prêmios	-	23	-	4	-	19
	440	385	143	124	297	261
Acidentes pessoais individuais						
Provisões de prêmios não ganhos	441	382	51	41	390	341
Provisão de benefícios a regularizar	1.051	140	-	-	1.051	140
Sinistros a liquidar	2.066	1.095	711	221	1.355	874
Sinistros ocorridos e não avisados	1.102	914	130	78	972	836
Provisão complementar de prêmios	-	89	-	8	-	81
Outras provisões	10	10	-	-	10	10
	4.670	2.630	892	348	3.778	2.282
Vida individual e vida com cobertura de sobrevivência - VGBL						
Provisão matemática de benefícios a conceder	61.123	38.022	-	-	61.123	38.021
Provisão de despesas relacionadas	11	2	-	-	11	2
Outras provisões	1.761	1.126	-	-	1.761	1.126
	62.895	39.149	-	-	62.895	39.149
Vida individual						
Provisão de riscos não expirados	2.766	1.624	250	209	2.516	1.415
Eventos ocorridos e não avisados	5.097	4.169	1.286	966	3.811	3.203
Provisão de benefícios a regularizar	7.131	6.676	2.438	1.480	4.693	5.196
Provisão matemática de benefícios a conceder	23.981	20.127	-	-	23.981	20.127
Provisão de excedente financeiro	1.273	1.305	-	-	1.273	1.305
Provisão resg. vrls. regularizar	590	1.276	-	-	590	1.276
Provisão de despesas relacionadas	61	44	-	-	61	44
Provisão complementar de contribuição	-	256	-	26	-	230
	40.899	35.477	3.974	2.681	36.925	32.796
Prestamista						
Provisões de prêmios não ganhos	20.065	17.514	-	-	20.065	17.514
Sinistros a liquidar	859	357	-	-	859	357
Sinistros ocorridos e não avisados	1.711	659	123	32	1.588	627
Provisão de despesas relacionadas	10	-	-	-	10	-
Provisão complementar de prêmios	-	539	-	-	-	539
	22.645	19.069	123	32	22.522	19.037
Dotal misto						
Provisão matemática de benefícios a conceder	34.496	27.336	-	-	34.496	27.336
Provisão de benefícios a regularizar	76	334	-	-	76	334
Sinistros ocorridos e não avisados	76	56	19	-	57	56
Provisão resg. vrls regularizar	3.500	4.652	-	-	3.500	4.652
Provisão de despesas relacionadas	11	16	-	-	11	40
Provisão de influência de contribuição	-	24	-	-	-	24
	38.159	32.418	19	-	38.140	32.418
Habitacional						
Provisões de prêmios não ganhos	-	1	-	-	-	1
Sinistros a liquidar	1	132	-	-	1	132
Sinistros ocorridos e não avisados	81	146	10	13	71	133
Provisão de despesas relacionadas	1	-	-	-	1	-
Provisão complementar de prêmios	-	41	-	-	-	41
	83	320	10	13	73	307
Auxilio funeral						
Provisões de prêmios não ganhos	824	313	-	-	824	313
Provisão de riscos não expirados	-	-	-	-	-	-
Sinistros a liquidar	383	191	2	1	381	190
Provisão de benefícios a regularizar	1	83	-	-	1	83
Sinistros ocorridos e não avisados	913	489	108	42	805	447
Provisão complementar de prêmios	-	125	-	-	-	125
Outras provisões	16	5	-	-	16	5
	2.137	1.206	110	43	2.027	1.163
Doenças graves ou doença terminal						
Provisões de prêmios não ganhos	45	34	8	6	37	28
Sinistros a liquidar	31	15	21	10	10	5
Sinistros ocorridos e não avisados	116	42	14	4	102	38
Provisão de despesas relacionadas	1	-	-	-	1	-
Provisão complementar de prêmios	-	17	-	3	-	14
	193	108	43	23	150	85
Prestamista rural						
Provisões de prêmios não ganhos	20	34	-	-	20	34
Sinistros a liquidar	-	15	-	-	-	15
Sinistros ocorridos e não avisados	-	42	-	-	-	42
Provisão complementar de prêmios	-	17	-	-	-	17
	20	108	-	-	20	108
Total	245.207	193.601	10.146	6.769	235.061	186.716

b) Demonstração da movimentação das provisões técnicas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Provisão Bruta	Saldo 31/12/2012	(+) Constituição	(-) Reversões/Baixas	(+) Encargos Financeiros	Saldo 31/12/2013
PPNG - Riscos vigentes e emitidos	19.301	8.111	669	-	26.743
PPNG RVNE - Riscos vigentes mas não emitidos	3.211	2.268	4.660	-	819
PDA - Provisão de despesas administrativas	498	259	285	-	472
PSL - Provisão de sinistros a liquidar	32.424	95.972	87.996	624	41.024
IBNR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	32.254	9.873	3.727	-	38.400
PMBAC - Provisão matemática de benefícios a conceder	85.485	32.054	5.883	7.944	119.600
RNE - Riscos não expirados (riscos vigentes e emitidos)	1.624	1.303	161	-	2.766
PEF - Provisão de excedente financeiro	1.305	-	109	77	1.273
PCP - Provisão complementar de prêmios	2.823	-	2.823	-	-
PIC - Provisão de insuficiência de contribuições	24	-	24	-	-
PCC - Provisão complementar de contribuição	256	-	256	-	-
BAR - Benefícios a regularizar	7.233	31.838	31.099	287	8.259
ROVR - Provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar	7.054	2.005	3.208	-	5.851
Total	193.492	183.683	140.900	8.932	245.207

b) Demonstração da movimentação das provisões técnicas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Provisão Bruta	Saldo 31/12/2011	(+) Constituição	(-) Reversões/Baixas	(+) Encargos Financeiros	Saldo 31/12/2012
PPNG - Riscos vigentes e emitidos	3.516	16.731	946	-	19.301
PPNG RVNE - Riscos vigentes mas não emitidos	2.196	7.473	6.458	-	3.211
PDA - Provisão de despesas administrativas	127	599	228	-	498
PSL - Provisão de sinistros a liquidar	30.042	63.950	62.125	556	32.424
IBNR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	24.741	9.362	1.849	-	32.254
PMBAC - Provisão matemática de benefícios a conceder	56.586	22.508	465	6.856	85.485
RNE - Riscos não expirados (riscos vigentes e emitidos)	1.406	522	304	-	1.624
PEF - Provisão de excedente financeiro	1.389	15	175	76	1.305
PCP - Provisão complementar de prêmios	1.900	3.181	2.258	-	2.823
PIC - Provisão de insuficiência de contribuições	15	10	1	-	24
PCC - Provisão complementar de contribuição	-	490	234	-	256
BAR - Benefícios a regularizar	3.864	30.403	27.277	243	7.233
ROVR - Provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar	5.149	2.798	893	-	7.054
Total	130.931	158.043	103.213	7.731	193.492

c) Demonstração dos custos de aquisição diferidos no exercício

	31/12/2013	31/12/2012
Curto prazo	14.460	10.823
Longo prazo	17.174	15.103
	31.634	25.926

15. Desenvolvimento de eventos e sinistros

A tabela de desenvolvimento dos sinistros tem a finalidade de avaliar o comportamento dos sinistros pagos, dos sinistros pendentes e dos sinistros ocorridos e não avisados, para cada ano de ocorrência, conforme segue:

- A 1º tabela demonstra a estimativa de sinistros incorridos, inclui os sinistros avisados em PSL (pagos ou não) e os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), para cada período de ocorrência e em cada balanço patrimonial encerrado ao final de cada exercício:

Triângulo de estimativas de sinistro líquido de cosseguro (adm+jud) - Prev e VI Pecúlio

Ano de ocorrência	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Estimativa no ano	45.548	51.529	52.604	68.163	73.932	87.430	-
Estimativa um ano após	43.787	53.287	53.633	67.434	72.123	-	-
Estimativa dois anos após	45.155	51.976	54.641	67.956	-	-	-
Estimativa três anos após	44.263	52.596	55.980	-	-	-	-
Estimativa quatro anos após	44.468	52.675	-	-	-	-	-
Estimativa cinco anos após	44.524	-	-	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	44.524	52.675	55.980	67.956	72.123	87.430	380.688
Pagamento de Sinistros Efetuados	44.438	50.195	53.412	65.171	66.554	62.593	342.363
Estimativa atual de suficiência	86	2.481	2.568	2.786	5.569	24.837	38.327
Sinistros ocorridos anteriores a 2008	-	-	-	-	-	-	6.533

Triângulo de estimativas de sinistro líquido de cosseguro e resseguro (adm) Prev e VI

Ano de ocorrência	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Estimativa no ano	40.042	48.251	47.213	60.382	60.408	72.590	-
Estimativa um ano após	37.539	46.997	47.472	60.195	60.864	-	-
Estimativa dois anos após	38.175	46.012	47.892	60.463	-	-	-
Estimativa três anos após	37.376	46.409	48.201	-	-	-	-
Estimativa quatro anos após	37.396	46.422	-	-	-	-	-
Estimativa cinco anos após	37.432	-	-	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	37.432	46.422	48.201	60.463	60.864	72.590	325.972
Pagamento de Sinistros Efetuados	37.306	46.421	47.625	59.938	59.304	55.134	305.728
Estimativa atual de suficiência	126	1	576	524	1.560	17.456	20.243
Sinistros ocorridos anteriores a 2008	-	-	-	-	-	-	38

Para os estudos referentes à Previdência e Vida Individual utilizamos os sinistros administrativos e judiciais líquidos de cosseguro e administrativos líquidos de cosseguro e resseguro, no entanto o IBNR judicial começou a ser constituído apenas em meados de 2010.

Os resultados encontrados para cada ano de ocorrência dos sinistros demonstram que as provisões técnicas constituídas no balanço patrimonial encerrado ao final de cada exercício apresentam suficiência para a cobertura dos sinistros quando comparados a avaliações realizadas em anos posteriores, com exceção dos exercícios de 2009, quando ainda não havia IBNR judicial, e 2010, quando a base de judicial ainda não estava totalmente constituída. Pode-se verificar que o triângulo que não considera sinistros judiciais mostra uma boa consistência.

Verificou-se que a maior parte dos sinistros pendentes concentra-se nos últimos três anos, o que demonstra agilidade em conceder benefício. Estes números se estendem um pouco quando consideramos os judiciais, pois possuem naturalmente um tempo maior de conclusão.

Triângulo de estimativas de sinistro líquido de cosseguro (adm+jud) - Seguros

Ano de ocorrência	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Estimativa no ano	21.913	23.418	35.796	42.154	50.185	68.374	-
Estimativa um ano após	22.129	24.693	38.655	42.777	52.007	-	-
Estimativa dois anos após	21.924	24.827	38.960	44.288	-	-	-
Estimativa três anos após	22.104	24.982	39.354	-	-	-	-
Estimativa quatro anos após	22.101	25.078	-	-	-	-	-
Estimativa cinco anos após	22.175	-	-	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	22.175	25.078	39.354	44.288	52.007	68.374	251.276
Pagamento Acumulado	21.194	24.047	347.146	41.409	47.352	43.004	214.152
Estimativa atual de suficiência	981	1.031	2.207	2.879	4.655	25.370	37.123
Sinistros ocorridos anteriores a 2008	-	-	-	-	-	-	1.386

Triângulo de estimativas de sinistro líquido de cosseguro e resseguro (adm) - Seguros

Ano de ocorrência	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Estimativa no ano	18.736	21.142	31.211	34.123	37.884	54.207	-
Estimativa um ano após	18.602	20.858	32.440	35.411	38.583	-	-
Estimativa dois anos após	18.262	20.666	32.726	36.025	-	-	-
Estimativa três anos após	18.379	20.831	32.686	-	-	-	-
Estimativa quatro anos após	18.367	20.793	-	-	-	-	-
Estimativa cinco anos após	18.392	-	-	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	18.392	20.793	32.686	36.025	38.583	54.207	200.686
Pagamento de Sinistros Efetuados	17.952	20.479	31.530	34.600	35.537	33.455	173.553
Estimativa atual de suficiência	440	314	1.155	1.426	3.046	20.752	27.133
Sinistros Ocorridos Anteriores a 2008	-	-	-	-	-	-	196

Para os estudos referentes à Seguros utilizamos os sinistros administrativos e judiciais líquidos de cosseguro e administrativos líquidos de cosseguro e resseguro, no entanto o IBNR judicial começou a ser constituído apenas em meados de 2010.

Os resultados se mostram consistentes exceto para os exercícios de 2010, devido ao fim do cosseguro cedido, e 2011, pois, devido a Circular SUSEP 395, houve a migração de sinistros para os ramos de Seguros que antes pertenciam à Vida Individual.

Em Seguros, assim como para Previdência e Vida Individual, grande parte dos sinistros pendentes referem-se aos casos judiciais.

CONTINUAÇÃO

Conciliação de Movimentação Mensal das Provisões para Sinistros Ocorridos

As tabelas a seguir têm como objetivo exibir a conciliação da movimentação mensal das provisões para sinistros ocorridos das atividades de seguros e previdência, bruta e líquida de resseguros, contemplando o saldo inicial em 31/12/2011 e final em 31/12/2013.

Bruto de resseguro e líquido de cosseguro

	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	mai/13	jun/13	jul/13	ago/13	set/13	out/13	nov/13	dez/13
Atualização monetária	143	273	129	212	267	130	187	(89)	114	184	207	160
Avisados	14.830	12.013	19.162	15.717	15.067	18.916	13.920	17.780	18.415	18.553	14.391	15.205
Negados	2.843	1.711	4.124	3.818	3.611	3.647	3.881	4.331	3.957	3.154	5.556	6.200
Pagos	10.373	9.349	13.838	13.599	12.993	15.285	13.942	13.698	12.299	14.970	12.623	12.560
Pendentes	47.518	50.485	54.466	54.353	55.368	57.414	55.156	55.627	58.757	59.407	56.707	53.904
Reabertura	386	34	1.698	355	457	1.144	1.130	900	545	373	482	472
Recálculo	678	1.708	954	1.020	1.827	788	327	(90)	312	(336)	398	121
Constituição	13.051	12.043	17.690	13.274	13.741	17.201	11.497	14.258	15.315	15.437	9.716	9.598
Estimativa de ocorrência anteriores a data-base ainda não avisadas	20.152	21.719	16.831	21.750	21.822	18.875	25.110	22.872	22.428	22.928	29.243	30.110
Estimativa de novas ocorrências ainda não avisadas	13.610	12.802	18.193	13.813	14.254	17.731	12.020	14.870	15.937	16.030	10.464	10.425
IBNR	33.762	34.521	35.024	35.563	36.076	36.607	37.130	37.743	38.365	38.959	39.707	40.535

Bruto de resseguro e líquido de cosseguro

	dez/11	jan/12	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12
Atualização monetária	-	113	114	75	32	153	221	78	208	114	156	146	132
Avisados	-	11.747	12.404	12.383	8.959	15.296	11.115	15.419	14.261	13.658	13.248	13.730	10.923
Negados	-	3.002	2.254	3.970	2.353	2.589	2.011	3.694	2.200	2.048	3.231	2.400	3.698
Pagos	-	9.639	9.572	9.612	7.727	10.126	9.633	11.168	11.923	7.936	13.431	10.242	10.142
Pendentes	36.081	37.029	38.674	39.389	39.385	43.844	44.017	44.527	44.814	49.345	45.313	46.667	44.696
Reabertura	-	1.469	660	1.255	1.231	1.103	334	481	400	487	644	354	680
Recálculo	-	261	292	585	(145)	621	146	(606)	(460)	257	(1.418)	(235)	136
Constituição	-	10.474	11.102	10.253	7.692	14.431	9.585	11.599	12.002	12.354	9.243	11.448	8.040
Estimativa de ocorrência anteriores a data-base ainda não avisadas	-	16.675	16.572	18.619	21.465	15.127	20.369	18.697	18.791	18.756	22.434	20.659	24.799
Estimativa de novas ocorrências ainda não avisadas	-	11.000	12.300	10.538	8.093	14.826	9.928	12.096	12.318	12.921	9.674	12.181	8.404
IBNR	27.149	27.674	28.872	29.157	29.559	29.954	30.297	30.793	31.110	31.677	32.107	32.840	33.203

Líquido de resseguro e de cosseguro

	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	mai/13	jun/13	jul/13	ago/13	set/13	out/13	nov/13	dez/13
Atualização monetária	134	244	120	185	231	108	160	(74)	102	158	170	144
Avisados	12.461	10.687	13.979	12.977	12.747	15.475	12.352	14.934	14.183	15.006	12.305	12.974
Negados	2.383	1.242	2.891	2.607	2.848	2.487	3.000	3.436	2.670	2.511	3.750	5.050
Pagos	8.536	8.053	11.429	10.641	10.875	13.187	11.522	11.782	10.112	12.971	10.871	10.922
Pendentes	41.518	44.257	45.381	46.361	46.992	47.973	46.929	47.400	49.717	49.471	48.240	45.692
Reabertura	357	30	826	291	428	615	815	774	449	352	422	466
Recálculo	366	1.073	520	775	949	456	151	55	365	(281)	494	(160)
Constituição	10.801	10.548	12.434	11.435	11.276	14.060	10.317	12.328	12.328	12.566	9.471	8.230
Estimativa de ocorrência anteriores a data-base ainda não avisadas	18.395	19.145	17.716	19.151	19.776	17.374	21.586	20.018	20.542	20.834	24.435	26.314
Estimativa de novas ocorrências ainda não avisadas	11.298	11.005	12.870	11.902	11.657	14.530	10.759	12.852	12.858	13.071	10.110	8.938
IBNR	29.693	30.150	30.586	31.053	31.433	31.903	32.345	32.870	33.401	33.906	34.545	35.252

Líquido de resseguro e de cosseguro

	dez/11	jan/12	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12
Atualização monetária	-	110	113	12	12	138	208	70	198	108	137	133	119
Avisados	-	9.304	8.471	10.213	7.784	13.204	9.768	12.484	12.666	10.995	10.825	11.144	8.602
Negados	-	2.162	1.504	1.737	1.556	2.270	1.754	2.815	1.782	1.844	2.608	1.765	1.849
Pagos	-	8.957	7.565	8.521	7.001	7.699	8.969	9.785	10.255	7.207	10.784	8.677	8.960
Pendentes	32.313	32.063	32.417	34.152	33.907	38.850	38.672	38.641	39.372	42.113	39.563	40.575	39.119
Reabertura	-	1.118	594	1.176	1.136	996	322	408	379	414	623	343	641
Recálculo	-	336	244	591	(619)	574	246	(394)	(474)	276	(744)	(167)	(7)
Constituição	-	8.597	7.806	10.244	6.745	12.504	8.582	9.684	10.789	9.841	8.096	9.556	7.387
Estimativa de ocorrência anteriores a data-base ainda não avisadas	-	14.806	16.039	15.168	18.906	13.490	17.752	16.940	16.270	17.482	19.740	18.654	21.500
Estimativa de novas ocorrências ainda não avisadas	-	9.039	9.372	10.483	7.089	12.843	8.872	10.119	11.052	10.355	8.470	10.233	7.696
IBNR	23.403	23.845	25.412	25.651	25.994	26.334	26.624	27.059	27.322	27.836	28.210	28.887	29.196

Pode-se verificar através das tabelas um aumento do IBNR, bem como um aumento do total de sinistros pendentes. Esse resultado é uma consequência da metodologia de cálculo utilizada no IBNR, Triângulos de *run-off*.
Em junho de 2012, foram contabilizados os primeiros sinistros do Cosseguro Aceito. O tempo entre a ocorrência e o aviso e o tempo entre o aviso e a liquidação/negativa desse tipo de sinistro é maior que o tempo gasto pelo sinistro direto. Influenciando assim, tanto no IBNR quanto no montante de sinistro pendente.
No período analisado não ocorreram mudanças expressivas no contrato de Resseguro.

16. Empréstimos e financiamentos

		31/12/2013				31/12/2012					
	Prazo	Valor do contrato	Curto prazo	Longo prazo	Total	Valor do contrato	Curto prazo	Longo prazo	Total	Taxa	Vencimento
Bradesco S.A.	36	2.647	851	1.330	2.181	298	58	68	126	1,11%	Até 05/2016
Itaú Unibanco S.A.	36	109	39	14	53	150	34	54	88	1,14%	Até 04/2015
Banco do Brasil S.A.	36	35	1	-	1	250	99	1	100	1,58%	Até 01/2014
Citibank S.A.	36	1.333	415	537	952	1.739	660	171	831	1,20%	Até 05/2016
IBM	36	1.338	431	278	709	915	344	243	587	1,20%	Até 10/2016
SG Finance	36	1.728	515	1.132	1.647	-	-	-	-	1,08%	Até 10/2016
Financiamento BNDES	24	6.000	5.029	-	5.029	6.000	3.178	3.394	6.572	0,80%	Até 12/2014
Total		13.190	7.281	3.291	10.572	9.352	4.373	3.931	8.304		

Os empréstimos e financiamentos supracitados não possuem ativos da Seguradora dados em garantia destes e os contratos de empréstimo não apresentam cláusulas de *covenants* e nem possuíram custos de captação.

17. Provisões para contingências

a) Detalhamento das provisões para contingências por probabilidade de perda

Contingências fiscais

	31/12/2013			31/12/2012
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
Provável	-	-	-	481
Possível	41	13.213	-	-
Total	41	13.213	-	481

Contingências trabalhistas

	31/12/2013			31/12/2012
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
Provável	7	270	270	278
Possível	37	2.247	-	-
Remota	4	107	-	-
Total	48	2.624	270	278

Contingências benefícios

	31/12/2013		31/12/2012	
Probabilidade perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
Provável	116	11.438	10.980	8.839
Possível	486	34.543	17.683	16.201
Remota	95	7.872	629	284
Total	697	53.853	29.292	25.324

Contingências cíveis

	31/12/2013		31/12/2012	
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
Provável	65	2.423	2.423	2.496
Possível	295	7.086	-	-
Remota	55	1.702	-	-
Total	415	11.211	2.423	2.496

b) Movimentação das provisões judiciais

2013	Fiscais	Trabalhistas	Benefícios	Cíveis	Total
No início do exercício	481	278	25.324	2.496	28.578
Constituições/reestimativas	-	13	7.448	151	7.612
Liquidações	(481)	(37)	(4.289)	(268)	(5.074)
Atualizações	-	16	809	44	869
No final do exercício	-	270	29.292	2.423	31.985

2012	Fiscais	Trabalhistas	Benefícios	Cíveis	Total
No início do exercício	478	244	23.144	2.278	26.144
Constituições/reestimativas	-	75	6.209	404	6.688
Liquidações	(27)	(42)	(4.964)	(266)	(5.299)
Atualizações	30	1	935	80	1.046
No final do exercício	481	278	25.324	2.496	28.579

c) Descrição resumida das principais ações

Fiscais

Existem 41 processos de natureza fiscal, com probabilidades de perda "possível". Com relação ao PIS, há uma ação em curso, com probabilidade "possível", e valor de R$1.223, com fatos geradores compreendidos entre fevereiro de 1999 a março de 2004, nas quais a Seguradora pleiteia o direito de não recolher o tributo, assim como a compensação do que foi pago indevidamente. Com relação à CSLL, há uma causa com probabilidade "possível", com valor total de R$4.960 com fato gerador até março de 2004, período no qual a Seguradora era uma entidade sem fins lucrativos e, portanto pleiteia a inexistência de fato gerador. Em relação ao COFINS a Companhia possui uma causa avaliada com probabilidade de perda possível no montante de R$1.627 (duas causas em dezembro de 2012 no montante de R$ 6.919). Em 28 de novembro de 2013, utilizando-se do benefício da Lei nº 12.865/2013,um dos débitos foi incluído no REFIS e pago, em parcela única, o valor total de R$ 868.

Cíveis

Existem 415 processos de natureza cível que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos envolvem principalmente a discussão referente à devolução de contribuições. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão apenas para os casos classificados com probabilidade de perda provável, à ordem de 100% do valor em risco. Esses percentuais foram estabelecidos com base nos percentuais de perdas históricas da Mongeral para essas probabilidades, a qual está registrada na rubrica "Outros Passivos Contingentes - Contingências Cíveis", no montante de R$2.423 (R$2.496 em dezembro de 2012).

Trabalhistas

As ações trabalhistas, que somam o total de 48 ações, referem-se a ações movidas por ex-funcionários e por ex-prestadores de serviços que pleiteiam o vínculo empregatício. Essas ações encontram-se em diversas fases de tramitação motivo pelo qual a previsão de desembolso fica prejudicada. O provisionamento é efetuado com base na classificação de risco de perda de cada ação.

Benefícios

Existem 697 processos de natureza benefício (relacionados a sinistros) que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos envolvem principalmente a discussão de pagamentos de benefícios e resgates de previdência complementar. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão para os casos classificados com probabilidade de perda provável, possível e remota. O critério de contabilização das provisões referente aos processos de benefícios são os seguintes: 8% para causas remotas, 51% para as causas possíveis e 96% para as causas prováveis. Esses percentuais foram estabelecidos com base nos percentuais de perdas históricas da Mongeral para essas probabilidades, a qual está registrada na rubrica "Reservas Técnicas" no montante de R$29.292 (R$25.324 em dezembro de 2012).

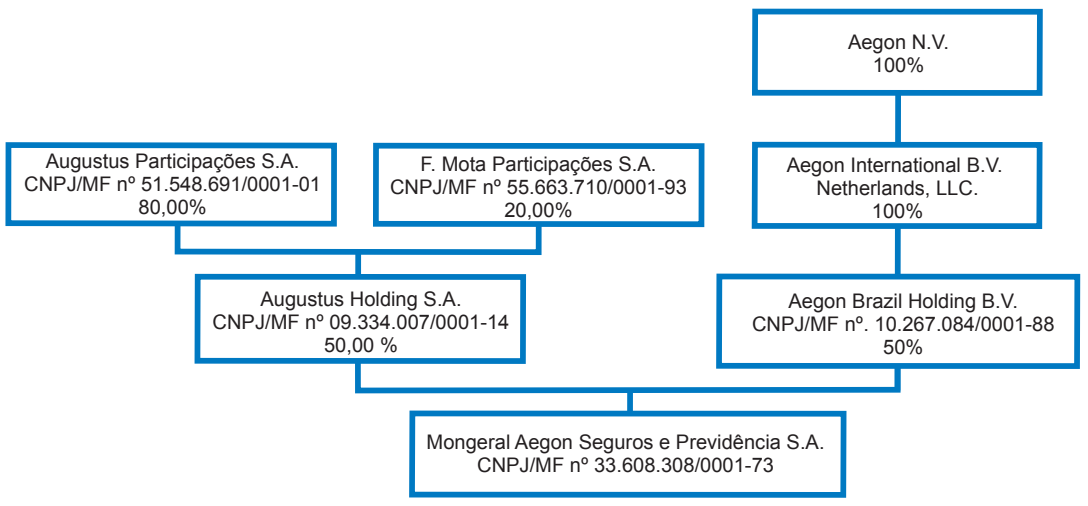
18. Patrimônio liquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social, autorizado, subscrito e integralizado da Seguradora, é composto de 23.547.146 ações ordinárias sem valor nominal (15.895.432 em 31 de dezembro de 2012).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de outubro de 2013, os acionistas da Seguradora deliberaram pelo aumento do capital no montante de R$29.000, com a emissão de 7.651.714 novas ações ordinárias, o qual encontra-se em fase de aprovação pela SUSEP.

Organograma Societário – Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A.



b) Reservas

As reservas são compostas pela reserva de lucros e a reserva legal que é constituída por valor correspondente a 5% do lucro do exercício, até o limite de 20% do capital social, constituída no final de cada exercício social.

A reserva de reavaliação está apresentada líquida dos encargos tributários sendo realizada na proporção em que os ativos que lhe deram origem são depreciados.

A reserva de capital refere-se a reserva especial de ágio no montante de R$35.815 oriunda da incorporação da Aegon Brasil Holding Ltda., realizada em 18 de maio de 2011.

c) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido, ajustado em consonância com a legislação em vigor.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de março de 2013 os acionistas deliberaram sobre o total dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2012, onde foi aprovado que R$2.284, do total de dividendos propostos no montante de R$4.284, deveriam ser reinvestidos na Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013 não foram propostos dividendos por inexistir intenção de distribuição, conforme já formalizado pelos acionistas e que deverá ser reconfirmada em Assembleia Geral Ordinária.

d) Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado - PLA, margem de solvência e exigência de capital

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio líquido	190.708	141.138
(-) Participações societárias em sociedades financeiras e não financeiras	(675)	(294)
(-) Despesas antecipadas	(7.289)	(5.084)
(-) Intangível	(60.291)	(45.950)
Patrimônio líquido ajustado - PLA	122.453	89.810
Patrimônio mínimo necessário - por prêmio	44.476	39.227
Patrimônio mínimo necessário - por sinistro	27.874	22.251
Margem de solvência (a)	44.476	39.227
Capital base - CB (b)	15.000	15.000
Capital adicional de subscrição - CAS	95.733	28.889
Capital adicional de crédito - CAC	16.610	21.723
Capital adicional de risco operacional - CARO	1.837	-
Capital adicional - CA (c)	106.864	43.977
Capital mínimo requerido - CRM (c)	106.864	58.977
Patrimônio líquido ajustado	122.453	89.810
(-) Exigência de capital - EC maior entre (a), (b) ou (c)	106.864	58.977
Suficiência de capital - R$	15.589	30.833
Suficiência de capital (% da EC)	14,59%	52,28%

19. Remuneração dos administradores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos Diretores Estatutários e Membros do Conselho de Administração nos montantes de R$13.590 em 2013 (R$12.638 em 31 de dezembro de 2012), respectivamente. Não existem outros benefícios concedidos aos Administradores.

20. Imposto de renda e contribuição social

a) Encargos com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como se segue:

	IRPJ/CSLL	
	31/12/2013	31/12/2012
Resultado antes dos impostos	44.734	41.924
Participação nos lucros	(11.747)	(10.309)
Base de cálculo	32.987	31.615
Alíquota nominal	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	13.195	12.646
Diferenças permanentes	1.142	933
Despesa de imposto de renda e contribuição social registrado na demonstração do resultado	14.337	13.579

b) Créditos tributários e provisão para tributos

	31/12/2013	31/12/2012
Ativo - créditos tributários e previdenciários		
Circulante		
Créditos tributários		
Antecipações	2.958	772
Outros impostos a compensar	2.619	2.650
Total	5.577	3.422
Não circulante		
Benefício fiscal gerado pela incorporação	31.044	32.855
Imposto de renda e contribuição social diferidos diferenças temporárias	3.311	3.792
Total	34.355	36.647
Passivo - provisão para tributos diferidos		
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos diferenças temporárias	672	728
Total	672	728

CONTINUAÇÃO

21. Detalhamento das contas das demonstrações do resultado

a) Sinistros ocorridos

	31/12/2013	31/12/2012
Indenizações avisadas	**(68.285)**	(48.800)
Indenizações DPVAT	**(21.433)**	(20.822)
Despesas com sinistros	**(5.557)**	(4.410)
Despesas com benefícios/planos de pecúlio	**(91.127)**	(76.258)
Recuperação de sinistros	**(388)**	244
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	**(7.892)**	(4.872)
Variação de eventos ocorridos mas não avisados	**(1.844)**	(3.062)
	(196.526)	(157.980)

b) Resultado com operações de resseguro

	31/12/2013	31/12/2012
Repasse	**(47.920)**	(42.968)
Recuperação de sinistros	**33.195**	19.525
	(14.725)	(23.443)

c) Outras receitas e despesas operacionais - seguros

	31/12/2013	31/12/2012
Receita com emissão de apólice	**2.006**	1.973
Despesas com cobrança	**(2.149)**	(1.901)
Despesas com administração apólice/contrato	**(365)**	(319)
Consórcio DPVAT	**(529)**	103
Prov. para risco de créditos duvidosos	**(1.797)**	26
Outras	**935**	1.315
	1.895	1.197

d) Custos de aquisição - previdência e seguros

	31/12/2013	31/12/2012
Despesas de corretagem e agenciamento	**(93.408)**	(82.240)
Despesas de custeamento de vendas	**(6.599)**	(6.090)
Despesas com serviços técnicos	**(745)**	(537)
Consultoria comercial	**(24.105)**	(13.090)
Campanha de venda	**(4.922)**	(4.943)
Marketing	**(1.127)**	(2.528)
Transporte de malotes	**(1.276)**	(1.128)
Treinamento e desenvolvimento	**(1.792)**	(1.203)
Outras	**(1.538)**	(1.210)
	(135.512)	(112.969)

e) Outras receitas e despesas operacionais - previdência

	31/12/2013	31/12/2012
Serviço funeral	**9.460**	9.585
Receita com lucros na operação (IRB/ICATU)	**2.793**	2.051
Receita operacional com ressegurador	**2.276**	1.493
Receitas c/serviços de distribuição	**-**	762
Processos judiciais	**(1.829)**	(1.810)
Serviço funeral	**(2.687)**	(2.466)
Serviços assistências	**(4.126)**	(4.108)
Taxa de administração	**(1.596)**	(1.532)
Provisão para riscos sobre valores a receber	**(41)**	1.591
Correspondente bancário	**-**	17
Restituição processo	**(2.147)**	-
Contingências fiscais	**(712)**	-
Outras	**(96)**	(331)
	1.295	5.252

f) Despesas administrativas

	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal próprio	**(112.869)**	(98.677)
Serviços de terceiros	**(17.521)**	(16.134)
Localização e funcionamento	**(35.917)**	(28.725)
Publicidade e propaganda	**(3.653)**	(3.618)
Despesas com donativos e contribuições	**(825)**	(738)
Jornais e revistas	**(232)**	(139)
Publicações	**(229)**	(196)
Multas	**(305)**	(291)
Convênio DPVAT	**(1.412)**	(154)
Outras	**(243)**	(2.089)
	(173.206)	(150.837)

g) Despesas com tributos

	31/12/2013	31/12/2012
Impostos	**(671)**	(454)
Contribuições	**(17.795)**	(15.084)
Taxa de fiscalização	**(837)**	(657)
Outras	**(44)**	(50)
	(19.347)	(16.245)

h) Resultado financeiro

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras		
Títulos de renda fixa	**355**	5.423
Receitas com fundos de investimentos	**28.868**	36.116
Outras receitas financeiras	**993**	142
Despesas financeiras		
Despesas financeiras sobre provisões técnicas	**(24.687)**	(25.356)
Outras	**(261)**	(18)
	5.268	16.307

i) Resultado patrimonial

	31/12/2013	31/12/2012
Equivalência patrimonial	**370**	244
Amortização de ágio na transferência de carteira	**(1.632)**	(3.917)
Outros	**(2.762)**	(30)
	(4.024)	(3.703)

22. Aposentadorias e pensões

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Seguradora efetuou contribuições de R$2.301 (R$1.813 em 31 de dezembro de 2012) ao Mongeral Fundo de Pensão. Este plano possui benefícios de Aposentadoria na modalidade de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Seguradora, e de Renda por Invalidez e Pensão por Morte na modalidade de beneficio definido integralmente custeados pela Seguradora destinados a proporcionar complementação previdenciária. Esses valores estão contabilizados na rubrica "Despesas Administrativas". Como resultado da avaliação atuarial relativa ao plano de benefício definido, a Seguradora mantém provisão de R$383 (R$711 em 31 de dezembro de 2012), de acordo com os requerimentos do CPC 33, registrada na rubrica "Obrigações a Pagar".

23. Outras informações - Medida Provisória nº 627

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A MP 627 possui um número relevante de emendas propostas e a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a referida Medida, disciplinar diversas matérias. Dessa forma, é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou regulamentadas. Com base no texto vigente estimamos que a MP 627 não gere efeitos contábeis relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

Helder Molina Diretor Presidente	**José Carlos Gomes Mota** Diretor
Nuno Pedro Correia David Diretor	**Osmar Navarini** Diretor
Sergio Luiz Fernandes de Mello Junior Diretor	**Luiz Claudio do Amaral Friedheim** Diretor
Nelson Emiliano Costa Atuário - MIBA Registro 1068	**Marcelo da Motta Abreu** Contador - CRC RJ 096032/O6

PARECER ATUARIAL

De acordo com o disposto na Resolução CNSP Nº 135, de 11/10/2005, e na Circular SUSEP Nº 272, de 22/10/2004, foi realizada a Avaliação Atuarial dos Planos de Previdência Complementar Aberta e Seguros garantidos pela **Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.**, no período de 01/01/2013 a 31/12/2013.

Foram adotados na avaliação em tela os critérios e os procedimentos técnicos usuais, bem como padrões de razoabilidade quanto às premissas de cálculo, em consonância com o disposto na legislação em vigor e nas Notas Técnicas dos planos de benefícios avaliados.

Os recálculos das provisões técnicas, assim como os cálculos referentes aos demais itens da avaliação e as respectivas verificações tiveram por base as informações e os dados cadastrais, que depois de submetidos à crítica e à devida consistência, foram considerados adequados.

A Avaliação Atuarial foi elaborada separadamente por cada ramo ou plano/benefício da Seguradora, sendo analisada cada provisão técnica. Foram verificados que os critérios estabelecidos nas normas vigentes e nas bases técnicas dos planos, devidamente aprovadas pelo órgão responsável, foram atendidos. Para a data desta publicação, não há constituição de Provisão de Insuficiência de Contribuições, Provisão de Insuficiência de Prêmios e Provisão Complementar de Prêmios, devido às mesmas terem sido extintas e seus saldos revertidos integralmente no mês de março de 2013, com base na Circular SUSEP 462/2013.

Através da análise dos ativos e passivos da Seguradora, de acordo com os resultados da referida avaliação atuarial, cumpre-nos certificar que, em nossa opinião, as provisões técnicas constituídas estão adequadas ao cumprimento das obrigações atuais e futuras assumidas nos respectivos planos de benefícios.

Este Parecer é parte integrante do Relatório Atuarial da Avaliação.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2014

Luiz Claudio do Amaral Friedheim
Diretor Responsável Técnico

Nelson Emiliano Costa
Atuário Responsável Técnico - MIBA 1068

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs. Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações dos fluxos de caixa

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2 (b), em decorrência da mudança de apresentação dos fluxos de caixa pelo método direto para indireto em atendimento ao anexo III da Circular SUSEP nº 464/13, a demonstração dos fluxos de caixa referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2014

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Roberto Martorelli
Contador
CRC - 1RJ 106.103/O-0